



(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, comunico o recebimento do Ofício nº 16, de 2014, datado de 17 de fevereiro do corrente ano, subscrito pelo Sr. Álvaro Arthur Lopes de Almeida, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas, bem como pelo Sr. Domício Silva, Presidente da Associação dos Criadores de Alagoas (ACA), que passo a ler, encaminhado ao Presidente, meu colega e correligionário, Benedito de Lira:

Sr. Senador,

Esta Federação, juntamente com a Associação dos Criadores de Alagoas - ACA solicitam a V. Exª interferir junto ao Governo Federal no sentido de prorrogar a Portaria Interministerial nº 985, de 8 de outubro/2013, referente à venda de milho aos produtores nordestinos a preço subsidiado, tendo sua vigência encerrada no dia 28 de fevereiro de 2014, o que significa dizer que a não renovação implica sérios prejuízos aos produtores do Estado de Alagoas.

Outrossim, solicitamos também ao eminente Parlamentar interferir junto à Conab, para que a cota máxima de aquisição do milho seja restabelecida em 12.000 (doze mil) quilos, vez que atualmente está limitada a 3.000 (três mil) quilos por produtor.

É necessário ainda pleitear junto à Conab que o abastecimento seja regularizado nas unidades do Estado, como também, que os armazéns existentes nos Municípios de Arapiraca e Santana do Ipanema continuem em atividade. Certos da atenção que nosso pleito receberá de V. Exª, renovamos nossa estima e consideração.

Eu queria dizer ao presidente da Faeal e também ao presidente da ACA, respectivamente Álvaro Arthur Lopes de Almeida e Domício Silva – as duas entidades de Alagoas –, que o ofício será devidamente levado em consideração pelo Presidente Benedito de Lira, que, aliás, tem sido um constante defensor dos produtores nordestinos e, claro, em particular, do seu Estado, o Estado de Alagoas.



Informo à Comissão o recebimento do relatório de atividades de 2013 da Federação de Agricultura do Estado do Paraná (Faep), encaminhado pelo seu Presidente, Sr. Ágide Meneguette.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 5, de 2014, desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de minha autoria e com adendo do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de debater o impacto dos chamados “apagões” de energia elétrica, que impactam a atividade agropecuária, bem como possíveis soluções para esse grave problema, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Marco Olívio de Oliveira, assessor da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); representante da Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura (Infracoop); Sr. Cristiano Palavro, Consultor Técnico da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás; representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Os convidados que já se encontram aqui eu gostaria que viessem à mesa.

Sr. José Guilherme Antiloga do Nascimento, conselheiro da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), obrigada. Muito prazer. Obrigada por retornar à nossa Comissão. Obrigada à Eletronorte, também, pela presença aqui.

Sr. Wady Charone Júnior, Diretor de Operações das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte).

Eu queria, antes de iniciarmos a nossa audiência pública, que debate esse tema tão relevante, dizer que não é só agricultor que está sofrendo com a intermitência ou a interrupção no fornecimento de energia elétrica.

Nós já tivemos, aqui, uma audiência pública debatendo o tema e vendo os reflexos que isso provoca: queima um gerador, o produtor faz a restauração, não é o mesmo equipamento, porque ele, restaurado, não é igual a um novo, a qualidade da energia que chega ali já é diferente e essa intermitência no fornecimento da energia acaba queimando seja refrigeradores para o leite, ou para armazenagem de frutas, ou para os próprios alimentos ali plantados, ou a energia, por exemplo, para os criatórios de suínos e aves, com que já tivemos seriíssimos problemas. Então, é esse conjunto de problemas que o setor agropecuário vem sofrendo em relação a esses cortes de energia.

Aqui, vamos discutir com os especialistas as consequências, as causas e quais as soluções para resolver o problema.

Eu queria dizer que nós recebemos... Eu, ontem, recebi um telefonema da assessoria direta do Sr. Ministro Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia, dando conta de que o Ministério está envolvido com o trato de algumas questões prioritárias na agenda ministerial e o Ministro estará disposto a receber. Eu entendo que a justificativa do Ministro é aceitável, até porque foi com antecedência que foi feita a explicação, e que todas as demandas aqui oferecidas a Presidência da Comissão de Agricultura e Reformar a Agrária encaminhará, através de sua Secretaria-Executiva, do Sr. Marcello Varela, ao Ministério para as



providências cabíveis. Eu entendi, acolhi, disse que recebia, digamos, como justificativa razoável do Sr. Ministro, pela agenda que tem, também a preocupação de colocar a assessoria do Ministério à disposição, assim como o próprio Ministro, para receber essas demandas.

Recebemos também aqui, da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica, que foi convidada... Foi convidado o Sr. Carlos Ribeiro e também o Sr. Alexei Vivan. Nenhum dos dois comparece. Poderia, eu penso, por a entidade representar as companhias de energia elétrica, ter alguém comparecido, de alguma entidade, aqui, embora tenham justificado. Mas penso que, num esforço, poderia um técnico estar aqui representando a entidade.

A Casa tem obrigação com o trato dos temas nacionais. Estamos cumprindo com o nosso dever de auxiliar nas questões possíveis que competem ao Poder Legislativo. Assim, consideramos uma falta de apoio da entidade nesse processo.

Da mesma forma, eu que tenho recebido a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), sempre destacado a relevância e o profissionalismo dessa agência, fico um pouco desconsertada, como Presidente desta audiência, com a ausência da Aneel, embora correspondência tenhamos recebido e a assessoria parlamentar tenha também oferecido a disposição de receber os responsáveis por esta audiência para encaminhar as questões. Mas penso que, como agência reguladora que está na interface entre o fornecedor de energia e o consumidor da energia, o usuário, essa agência, como ente público, deveria sim aqui estar presente.

De qualquer modo, digo que esperamos que a Aneel, como das outras vezes, consiga responder adequadamente às demandas, que são absolutamente legítimas, dos produtores rurais brasileiros, que estão sofrendo. Não só os produtores rurais, também os produtores da zona urbana, da mesma forma, em pequenas, médias e grandes cidades, estão vivendo os mesmos dilemas.

Dito isso e com o agradecimento muito especial ao Marco Olívio de Oliveira, ao Cristiano Palavro, ao José Guilherme Antiloga Nascimento e ao Wady Charone Júnior, que aqui comparecem, eu queria dizer-lhes que nós, no Congresso Nacional, estamos, digamos, com uma agenda bastante – já começa a ficar assim – comprometida em função de ser um ano com agenda complicada. Temos Copa do Mundo, teremos Carnaval já nesta semana, está começando o Carnaval. E evidentemente isso também tem um impacto sobre a agenda de viagens dos Parlamentares.

Como a audiência é transmitida ao vivo pela TV Senado, tem um alcance muito grande. Então, a relevância disso é o contato direto. Além do mais, a TV Senado, através dos seus órgãos de comunicação, com o serviço Alô Senado... Os produtores, através desse sistema de comunicação Alô Senado, do e-Cidadania, podem mandar questionamentos para os nossos palestrantes. Então, eu digo que o alcance disso é muito maior do que se possa imaginar.



Eu queria dar essa explicação e agradecer já aos nossos convidados.

Eu convido para fazer uso da palavra o Marco Olívio de Oliveira, que é da Infracoop, organização das cooperativas.

Com a palavra o Marco Olívio.

O SR. MARCO OLIVIO MORATO DE OLIVEIRA – Agradeço a oportunidade, novamente, de estar aqui falando sobre o tema.

Hoje a gente fala de segurança energética em todo o setor elétrico brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Marco, eu só queria dizer que serão dez minutos para cada expositor. É apenas para informar. Obrigada.

O SR. MARCO OLIVIO MORATO DE OLIVEIRA – Perfeito.

Eu estou aqui a pedido do Presidente Jânio, da Infracoop. Estou representando a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras).

Para as cooperativas e para os pequenos agentes, isto aqui é crucial. Nós que estamos lá na ponta sofremos mais, junto com o produtor rural, junto com os consumidores de baixa renda.

Vou contextualizar um pouco como é o ramo infraestrutura, onde estão inseridas as Cooperativas de Eletrificação. Nós somos, na distribuição de energia, 65 cooperativas, distribuídas nos Estados com mais ou menos 800 mil cooperados.

Por favor, a próxima.

Nós estamos distribuídos no sul do País, fortemente na Região Sul do País, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul; no Sudeste também, em São Paulo; e em Mato Grosso do Sul – são as principais. Isso é mais ou menos como se desenha. Nós somos seis federações vinculadas à Confederação e todas elas vinculadas à OCB.

Isso é para mostrar que, em tempos difíceis, as cooperativas ampliaram as suas redes, seu atendimento aos consumidores finais. Esses foram os dados. A gente não fechou ainda a atualização, mas é nítido o empenho das cooperativas em atender ao consumidor final, por sua característica própria. A cooperativa só existe para atender ao cooperado, ao consumidor final.

Basicamente, o contexto em que se insere a insegurança energética no País é complexo, é muito complexo. Hoje, a gente tem um baixo nível nos reservatórios, há um comprometimento da energia hidrelétrica gerada e isso faz com que se acionem as termoeletricas e os recursos para essa termoeletrica saem de uma conta chamada Conta de Desenvolvimento Energético. E essa conta, com o Decreto nº 7.891, de janeiro de 2013, passou a ganhar novos detentores desse recurso, onde estão inseridas as cooperativas também. Então, passaram ali os de baixa renda e as cooperativas também, entre outros elencados como detentores desse recurso para fazerem as suas operações.

Aí é que está o problema: num espaço de escassez dos recursos hídricos, esses recursos são priorizados para geração de energia elétrica. Porém,



não são suficientes. Então, o que acontece? Desde outubro do ano passado, os repasses que deveriam ser mensais desses recursos da CDE para as cooperativas e pequenos agentes que têm no seu bojo consumidores de baixa renda, consumidores da classe rural, não estão sendo feitos da maneira como deveria. Isso sobrecarrega as cooperativas e os pequenos agentes, além de haver o risco de também não se conseguir pagar as termoelétricas. Há uma fragilidade do sistema como um todo.

O que isso representa para as cooperativas? Hoje, esses recursos que deveriam vir da CDE representam 30% do faturamento da cooperativa. O que acontece? No dia a dia, num mês, a cooperativa para de fazer serviços de manutenção preventiva, que são essenciais nesse setor. Isso aumenta o risco de apagões localizados, adicionado aos riscos de apagões gerais. E não por culpa da cooperativa, mas de todo um contexto, que é complexo, que tem um fator climático de fundo, mas que está instalado.

Aqui vocês podem acompanhar os recursos da CDE através do seu órgão gestor, que é a Eletrobras. No site da Eletrobras, há uma atualização dos repasses dos recursos da CDE. Ontem, foi liberada a parcela referente a novembro de 2013.

Então, o risco de apagão nas cooperativas – isso especificamente para as cooperativas – é muito grande. Por quê? Adicionalmente a isso estamos passando por um processo de revisão tarifária, em que a maioria ou quase a totalidade das cooperativas teve ou terá que reduzir seus custos operacionais em mais de 30%. Imaginem: são 30% mais os 25% a 30% da CDE, ou seja, é uma redução no seu faturamento de aproximadamente metade, 50%. Que empresa, que entidade sobrevive numa situação dessas, e tendo o compromisso de levar energia de qualidade ao consumidor final, ao proprietário rural, ao cooperado da cooperativa?

Então, o contexto é complexo.

Parabenizo a Senadora por trazer o tema à discussão, ao debate, porque ali estão famílias de produtores rurais que dependem disso para ter renda, para ter emprego, para a geração de emprego no campo.

Fico à disposição.

Esse é o contexto que eu gostaria de mostrar aos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Bom, com uma declaração dessas, só essa posição das cooperativas já é suficiente para acender uma luz não amarela – a luz de atenção –, mas uma luz vermelha. Vermelha porque, de fato, é uma situação complicada. O conjunto do sistema está tendo problemas bastante sérios.

Eu convido, para usar da palavra, o Dr. Cristiano Palavro, Consultor Técnico da Federação da Agricultura do Estado de Goiás.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – Bom dia a todos.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia e estendo meus cumprimentos aos demais companheiros aqui da Mesa e a todos presentes.



Eu sou Cristiano Palavra, representante da Federação da Agricultura do Estado de Goiás e conselheiro do Conselho de Consumidores da Celg, que é a nossa concessionária lá do Estado; e estou aqui hoje também representando a CNA. Vou levantar alguns pontos relevantes do que o setor rural necessita, no sentido de fornecimento de energia elétrica para a nossa atividade.

O setor, como um todo, tem sofrido muito com os problemas ocasionados principalmente pela falta de energia em diversas localidades do País. As quedas constantes desse fornecimento de energia e as oscilações na tensão recebida nas propriedades rurais têm gerado perdas acentuadas nos equipamentos, na produção e nos insumos, o que leva a um desestímulo nos investimentos no setor, a prejuízos financeiros ao produtor rural e à perda na qualidade e quantidade dos produtos agrícolas.

Na nossa visão, esses problemas têm ocorrido principalmente pela precariedade das redes de energia, com linhas de transmissão muitas vezes muito antigas, falta de manutenção dessas linhas e subestações muitas vezes praticamente abandonadas – esse a gente considera o principal fator gerador desses apagões.

Setores da atividade rural, como a produção leiteira, a produção de aves – produções essas que são totalmente dependentes de ambientes climatizados, que exigem um fornecimento de energia adequado –, frente a essas constantes quedas de energia, têm perdido grande parte de sua produção e de seus insumos, o que gera enormes prejuízos aos empreendimentos rurais, além das desagradáveis perdas de alimentos de alta qualidade tão demandados por nossa população.

Outro enorme problema enfrentado pelo setor é a morosidade no processo de expansão das redes de energia para nossos projetos. Inúmeros setores da economia rural estão com a atividade praticamente parada frente à não liberação de carga elétrica para viabilizar essas novas instalações, principalmente nas áreas de irrigação, armazenagem e beneficiamento dos produtos agrícolas.

Apesar de existir crédito por parte do Governo Federal, através dos programas como o PCA (Programa de Construção de Armazéns), através dos programas de incentivo à irrigação, esses novos projetos de armazéns e pivôs centrais ficam parados nas instituições financeiras, aguardando liberação de carga elétrica por parte das concessionárias, o que gera imensa estagnação dessas importantes atividades, que poderiam gerar melhorias na logística do País, diminuição dos riscos climáticos – que a gente vê a cada ano – e aumento da nossa produção como um todo, o que acarreta, claro, um prejuízo enorme para a economia do País como um todo.

Como exemplo dessas dificuldades que a gente tem encontrado na expansão das atividades, a gente pode citar alguns armazéns do interior do País com alta capacidade de armazenagem e que estão sendo tocados por geradores a diesel, o que é um problema real, e praticamente inconcebível, e muito oneroso para esses armazéns.



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – E para o meio ambiente também.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – E para o meio ambiente também.

No caso da irrigação, a gente pode citar alguns projetos de expansão de pivôs que estão prontos e aguardam simplesmente a energia elétrica. Mesmo tendo água disponível, licenciamentos ambientais prontos, regularizados e outorgas de água também prontas, falta energia elétrica para tocar esses pivôs centrais.

Existem também muitas reclamações em relação à falta de agilidade na resolução de problemas, muitas vezes, simples, como quedas corriqueiras do sistema geradas por picos de energia. O produtor encontra dificuldade de comunicação com as concessionárias através dos seus *call centers* e a religação do sistema demora demais acontecer, sendo que em algumas propriedades isso leva 48 horas. Como citado, para uma empresa avícola ou uma empresa de leite, é impossível, realmente, segurar a produção sem energia elétrica.

Entre as possíveis alternativas para contornar e diminuir esses problemas causados por essas quedas e falta de energia, a gente vê as novas e alternativas fontes de produção, muitas dessas já existentes em algumas propriedades rurais e que precisam de maior incentivo, principalmente no sentido de difundir essas práticas, e a definição de um marco legal que realmente regulamente a inserção do excedente de energia produzida nessas propriedades nas redes das atuais concessionárias.

A gente também precisa adequar a nossa legislação referente aos processos de ressarcimento dos produtores prejudicados pelas quedas de energia, como no caso da Resolução nº 414, que deve também levar em consideração não só os prejuízos aos equipamentos, mas também os prejuízos à produção e aos insumos, evitando assim processos judiciais morosos, e muitas vezes caros, para garantir o direito do produtor rural de ressarcimento dessas perdas.

Dentre todas essas possíveis soluções que a gente pode levantar aqui, não existe como acabar com esse problema sem fugir dos aumentos dos investimentos no setor de energia elétrica para o setor rural do País. A necessidade imediata de melhoria na qualidade das instalações de transmissão de energia assim como a busca de novas fontes de produção têm que ser pautas básicas das discussões, dos direcionamentos do crescimento nacional.

Estamos diante de um enorme problema. E um problema que, infelizmente, hoje é visto como um dos principais entraves para o setor rural e para os produtores rurais como um todo.

Agradeço a atenção de todos e coloco todas as federações e a Confederação Nacional da Agricultura à disposição desta Casa para contribuir em todas as discussões acerca do tema.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – A objetividade das exposições tem marcado aqui. Esse resumo perfeito e bem



acabado dá o retrato das nossas dificuldades sobre as quais logo vamos conversar; vamos debater mais.

Eu convido agora o Dr. José Guilherme Antiloga Nascimento, Conselheiro da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Bom dia!

Cumprimento a Ex^{ma} Senadora Ana Amélia e os demais Senadores presentes.

Agradeço o convite à Abragel. Para nós é uma satisfação sempre estar aqui nesta Casa.

Peço desculpas por o nosso Presidente-Executivo Charles Lenzi não poder vir. Ele teve um problema de saúde, teve que fazer uma pequena cirurgia e ficou impossibilitado de se movimentar, e eu vou, na tentativa de substituí-lo, fazer essa apresentação.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Agradeço à entidade pela preocupação que teve em mandar, mesmo na impossibilidade por motivo de doença, perfeitamente de força maior, um representante que, sem dúvida, vai corresponder às expectativas desta audiência pública.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Na nossa apresentação, até porque algumas coisas já foram faladas e nós vamos passar um pouco rápido em algumas questões, o nosso objetivo é tentar avaliar a questão da dificuldade de suprimento e eventuais alternativas possíveis dentro do nosso rol de alternativa de geração com pequenos aproveitamentos hidrelétricos.

A Abragel é uma associação que tem sede em Brasília. Ela em 14 anos de atuação e congrega empreendedores que trabalham com usinas hidrelétricas até 50 megawatts. Isso inclui pequenas centrais hidrelétricas e centrais hidrelétricas que estão fora dessa classificação, mas que são objeto de autorização de um rito mais simplificado junto ao poder concedente.

Hoje temos 125 empresas associadas, todas elas praticamente com empreendimentos em operação e que já viveram todas as fases do desenvolvimento desses empreendimentos.

Aqui é basicamente para dar uma ideia da conjuntura atual. Hoje, em termos de PCH, que são usinas até 30, esse conjunto de empreendimentos representa 3,65% dos empreendimentos em operação, do total de potência. Nos últimos anos, esses empreendimentos têm tido um crescimento muito grande. Conseguiu-se aumentá-los, de 2000 para cá, em cinco vezes.

Aquele é o cenário do ponto de vista do portfólio que existe hoje operando e possível de entrar no curto prazo. Então, temos em operação 4.570 mega; em construção, 339; e 1.966 que teriam as condições de iniciar a construção num prazo curto.

Pode passar.

Essa é a localização dos projetos, daquele rol de projetos listados. Acho que é importante fazer um comentário com relação à palestra do Dr.



Cristiano, que comentou que um dos problemas é dificuldade da expansão de redes. Esse tipo de geração tem uma peculiaridade: ela é uma geração que está no interior, que está perto do consumo. Então, ela facilita a possibilidade de não se precisar estender redes de grande porte. Lógico que grandes empreendimentos com grandes sistemas de transmissão são importantes para garantir o crescimento do País, mas esse tipo de geração em pequenas centrais consegue atender localmente a várias comunidades.

Aliás, o começo do setor elétrico brasileiro foi com centrais desse tipo. No século XIX, o setor começou assim, com pequenas centrais. Vamos dizer, elas foram as desbravadoras; depois, houve a criação de grandes empresas de geração – Furnas, Chesf, Cemig. As usinas foram aumentando, e essas usinas pequeninhas meio que ficaram abandonadas, mas, por exemplo, em alguns Estados que são de fronteira, como Mato Grosso e Rondônia, essas usinas ainda têm um papel importante de desbravar o interior, de substituir a geração a diesel em vários Municípios.

Então, essa capilaridade desse tipo de geração é muito interessante para essas questões que estávamos discutindo aqui de rede de transmissão ou de distribuição, com dificuldade de expansão ou com pouca capacidade de transmissão, o atendimento a cargas novas, como a agroindústria no interior, que esta sendo criada. Tudo isso tem uma característica muito compatível com esse tipo de fonte.

É importante, talvez, fazer um paralelo. Apesar de não ser objeto da nossa associação, temos de reconhecer que todas as fontes são importantes e que algumas delas são complementares. Há uma fonte que é muito parecida com a nossa e que tem muito a ver com esta Comissão: a biomassa. A biomassa tem essa... O Dr. Cristiano falou da possibilidade de geração local nas propriedades, e vamos ver que, em alguns casos, estamos mais ou menos no mesmo barco. Pode ser que a solução para incrementar uma seja a mesma para incrementar a outra também.

Pode passar, por favor.

Aquilo lá é a situação, vamos dizer, de curto prazo, e essa é situação de médio e longo prazo. O que temos aí? Hoje, temos junto à Aneel 688 projetos de usinas parados para análise. Isso representa 7 mil megawatts. É uma quantidade de potência razoável, é meia Itaipu em termos de potência. Então, é um volume razoável que nos dá a indicação de que não só elas têm um papel importante agora como podem vir a ter um papel importante no desenvolvimento, porque existe estoque suficiente para esse tipo de coisa. Além dos projetos que estão protocolados lá, ainda há registrados lá 134 projetos em elaboração e 696 eixos disponíveis para quem quiser estudar. Só esses 688 projetos, que somam 7 mil mega, são investimento da ordem de 40 bilhões, mais ou menos, para a implementação.

Voltando só um pouquinho, só para aproveitar e falar de novo que a característica de difusão desse tipo de fonte é muito importante. Se os senhores e as senhoras olharem no mapa, em todas as regiões há um conjunto grande de



projetos, excetuada, talvez, a Região Nordeste, onde a questão hídrica é mais sensível, e a Norte, onde os rios são muito grandes e eu também não tenho uma rede de distribuição muito grande, como o Dr. Charone lembrou aqui. Quer dizer, é muito difícil, porque, se eu instalo uma usina lá, não tenho como entregar. Então, lá, talvez, eu tenha esse problema. Mas, na medida em que a infraestrutura lá for crescendo, eu vou poder ter isso.

Por favor.

Isso aqui já foi falado em detalhes pelo Dr. Cristiano, isto é, quais são os problemas com a interrupção de suprimento. Eu vou tentar passar rapidamente, até porque esse assunto já foi tratado. Mas, basicamente, são problemas tanto de funcionamento de sistemas quanto de perda de produção. E isso parece ser uma coisa bastante relevante não apenas para o setor da agricultura, como para o País, porque, afinal, tem uma repercussão na cadeia produtiva. Não dá para tentarmos achar que isso está restrito meramente ao sistema produtivo.

Pode passar, por favor.

A outra questão é: existe um problema no suprimento? Quer dizer: é uma questão pontual ou é uma questão sistêmica, estrutural? Esse é o gráfico do preço de curto prazo da energia no Subsistema Sudeste, que é basicamente o Sudeste e o Centro-Oeste juntos. De janeiro de 2011 até hoje, se vocês observarem, verão que ele é crescente. Isso quer dizer que tem problema? A gente não tem esse diagnóstico completo, mas, fazendo uma correlação, é como se isso fosse um termômetro. O paciente está com febre; você não sabe ainda se a doença vai passar ou se a doença vai se agravar, mas que existe um problema, existe. Quer dizer: se a febre está subindo, essa situação pode levar o paciente a óbito ou pode levá-lo a uma convulsão, a uma internação; por outro lado, o corpo pode se recuperar e a febre começar a baixar. Mas, claramente, parece que existe um problema.

Mais uma, por favor.

Fazendo uma análise das questões que envolvem o setor, que são complexas, como o Dr. Marco disse, outra questão é a seguinte: o planejamento do setor precisa evoluir. Esse planejamento, hoje, tem se pautado por fazer leilões para a compra de energia. Comprar energia no menor preço não implica atender o consumidor com uma menor tarifa. Essas são duas coisas diferentes. Certo? E é fácil a gente entender isso. O agricultor que produz soja no interior do Mato Grosso a um preço extremamente competitivo naquela região, para vender essa soja no porto, se não houver uma estrutura eficiente, verá o custo dessa soja aumentar. Então, é mais ou menos isso, ou seja, o custo de produção é uma coisa; o preço ao consumidor é outra.

As alternativas de grandes blocos são importantes, mas você tem os riscos da transmissão, que têm que ser superados, que serão superados, mas temos que pensar em fontes com capilaridade local com o objetivo de garantir o atendimento, substituindo, principalmente, as térmicas a combustíveis fósseis – óleo, óleo diesel, óleo combustível.



Pode passar, por favor.

Esse é um cenário de leilão. Só para os senhores terem uma ideia, nos leilões feitos até 2013, só 24 PCHs venderam energia. Nos leilões de 2013, somando agosto e dezembro, 24 PCHs venderam. Ou seja, no ano passado, a mesma quantidade, durante todo o período, desde que foi feito isso, conseguiu vender. E por que isso? Porque o BNDES melhorou as condições, porque o preço-teto do leilão foi melhorado, e, com isso, você tem condição de inserção dessa fonte.

Essa mesma questão que aconteceu aqui aconteceu com a biomassa. Se os senhores olharem a biomassa, verão que ela tem um potencial enorme, mas não tem participado dos leilões, ou melhor, tem participado de forma muito pequena, em parte por questões relacionadas ao preço-teto.

Pode passar, por favor.

E, aí, é um contexto entre 2005 e 2008, quando o Governo Federal comprou 7.801MW de potência, basicamente em térmicas a óleo combustível. Isso representou 40% das térmicas comprado nesses leilões. O custo médio de geração dessas térmicas foi de R\$50,00/MW/h a R\$1.100,00/MW/h. Em 2013, a estimativa é de que foi gasto algo da ordem de R\$18 bilhões para geração térmica. Neste ano, existe a possibilidade de a gente acabar gastando, mais ou menos, a mesma quantidade. Se vocês olharem aqueles preços, verão que eles são maiores.

A minha última.

Então, a questão para reflexão é a seguinte: se lá, naqueles leilões, fossem acrescentados R\$30,00/MW no preço de compra das PCHs e o mesmo no de biomassa, com a mesma quantidade de recursos que eu gastei para gerar na térmica eu geraria energia com essas fontes que não utilizam combustíveis fósseis, são renováveis, são locais, têm tecnologia nacional por dez anos. Ao final desse prazo, eu continuaria tendo ativos de geração que poderiam fornecer energia para o sistema. Esse custo seria diluído num prazo maior, e parece ser uma solução mais interessante. Por isso, a gente imagina que o planejamento tem que revisitar essas questões e olhar mais a longo prazo.

Pode passar, por favor. Muito obrigado.

Desculpe o alongar da...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – José Guilherme, naquele quadro em que apresentou a térmica, você colocou várias fontes, menos óleo diesel; colocou combustível, mas não entrou carvão.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Na verdade, quando a gente fez aquele levantamento, a gente se concentrou só nas térmicas a óleo combustível, óleo pesado B1 e óleo diesel. A gente fez essa análise. As térmicas a carvão nacional, a carvão importado e a gás ficaram fora daquele levantamento, até porque a gente entende que essas térmicas são de tamanho maior, servem para uma massa maior. As de carvão nacional têm uma questão envolvendo carvão nacional; as de gás, você tem fornecimento nacional de gás...



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Nem sempre seguro.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Nem sempre seguro. Algumas delas, inclusive, são de gás liquefeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Derivado de petróleo.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – E, aparentemente, têm um custo mais barato de geração. Então, o nosso foco foi o seguinte: aquelas que têm um custo muito grande de geração e, mais do que isso, têm um problema de logística. Só para a senhora ter uma ideia, numa térmica de 120MW a óleo, se for despachado o dia inteiro, precisa de 76 caminhões entregando óleo para poder funcionar o dia inteiro. Então, a senhora imagina, num determinado local, numa rodovia, 76 caminhões chegando a algum lugar e 76 caminhões voltando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – E o material é altamente inflamável, além da questão da segurança.

Obrigada, José Guilherme, por enquanto.

Passamos ao nosso último convidado, Dr. Wady Charone Júnior, que é Diretor de Operações das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte).

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Bom dia, pessoal. Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia e, em nome dela, os demais membros desta Mesa.

Primeiramente, agradeço muito esse convite. Estou representando o Presidente Josias Matos de Araujo.

Estou ouvindo vocês aqui, mas é interessante apresentar um pouco o que é a Eletronorte, rapidamente. A Eletronorte é uma empresa que tem esses ativos todos no Norte do País. É uma empresa de geração e transmissão de energia elétrica, que vende energia elétrica para as distribuidoras de energia elétrica. Ao ser convidado aqui, vim para cá pensando que temos apagões em áreas onde as distribuidoras de energia elétrica são as responsáveis por distribuir essa energia elétrica. No Estado de Rondônia, por exemplo, ainda temos algumas linhas de baixa tensão, porque a Eletronorte se concentra numa tensão superior ou igual a 230 mil volts para transportar energia elétrica. Abaixo disso, as distribuidoras de energia elétrica são as responsáveis por fazer essa distribuição. Sobre esse detalhe, eu queria começar a comentar um pouco sobre a Eletronorte, especificamente no Estado de Rondônia, porque uma das solicitações nossas justamente envolve o Estado de Rondônia, onde temos boa parte do atendimento na subtransmissão, nessa tensão inferior a 230 mil volts.

Fiz um levantamento. Em dois anos e meio, a Eletronorte participou de 0,35% do total de desligamentos nessas áreas rurais. Ou seja, é um baixo número de desligamentos, por parte de Eletronorte, nos apagões que estão sendo mencionados aqui.

Também, uma coisa interessante que vi aqui nessas apresentações, Senadora, foi o quão rico está o foco das pessoas em botar alguns detalhes



importantes a serem considerados para o País. Como foi colocado aqui pelo José Guilherme, das PCHs, eu faria uma análise comparativa entre o quanto estamos gastando com energia térmica *versus* o quanto a gente poderia potencializar essa mesma venda com PCHs. São colocações interessantes que precisariam realmente ser estruturadas, a ponto de ir ao Ministério de Minas e Energia. Deveria ser colocada nesse nível de estrutura que estou vendo aqui – parabéns a vocês todos – essa colocação de vocês.

O Norte, realmente, em PCHs, leva um fator diferencial e desigual porque a baixa infraestrutura faz com que o investimento seja muito elevado. Transmitir no Norte sem nenhuma infraestrutura praticamente inviabiliza o empreendimento das PCHs. Realmente, é um detalhe a ser considerado que o norte tem ainda uma infraestrutura inadequada, embora tenha grande potencialidade de PCHs. Tem grande potencialidade de PCHs, mas, em compensação, o preço se torna totalmente disparado.

Quando me vejo numa audiência como esta, realmente acho que estou mais em um aprendizado de vocês, da riqueza que vocês apresentaram aqui, Senadora. Também, vendo alguns dados, concordo, em muitos aspectos, com que eles devem ser considerados e levados dessa forma ao Ministério das Minas e Energia, envolvendo a EPE. Senti muita falta, lamentavelmente, das distribuidoras de energia elétrica para se posicionarem sobre alguns aspectos também colocados aqui sobre os quais não posso, de jeito nenhum, me posicionar. Certo? Seria uma irresponsabilidade minha quanto a isso.

Quanto ao sistema de transmissão, quero só dar o detalhe aqui porque, em dado momento, acho que foi o Marco ou o Cristiano – foi o Cristiano – que mencionou o abandono das subestações de transmissão. Eu diria o seguinte: do ponto de vista das subestações de transmissão da parte do Governo, tenho certeza de que essa não é uma afirmação adequada; todas as subestações que estão na mão do grupo Eletrobrás, na transmissão, estão cem por cento, totalmente assistidas ou teleassistidas, mas com um sistema rigoroso de auditorias. Acho que o desempenho das empresas do Governo se torna resultado disso.

Quando ocorrem apagões neste País – aquilo que o pessoal chama de apagões, e recentemente tivemos um – se formos analisar criteriosamente, veremos que eles ocorrem em decorrência de possibilidades reais que existem em qualquer sistema elétrico em qualquer lugar do mundo. Há um sistema grande, temos um país de dimensões continentais e estamos sujeitos a ter desligamentos porque cem por cento de cobertura, para não desligar uma linha de transmissão, significa um alto custo para todos pagarem. E esse alto custo para todos pagarem se torna inviável para o consumidor.

Então, temos possibilidades, sim, de haver desligamentos, de haver apagões. O Governo tem demonstrado a sua preocupação de minimizar o máximo possível, e, para isso, forma muitos grupos para viabilizar que a transmissão tenha maior confiabilidade possível. O último grupo formado foi o protocolo de proteção, em que se focou muito claramente, através da coordenação do Ministério das



Minas e Energia, uma auditoria permanente em todas as empresas do setor elétrico, tanto do Grupo Eletrobrás quanto dos grupos privados que se encontram hoje na nossa rede. E está havendo um resultado bem satisfatório do ponto de vista de que, acerca das falhas de proteção que ocorreram no passado, já estamos indo para o segundo ano sem elas.

Considero isso um grande sucesso do Governo, ao estabelecer uma regra de auditoria permanente chamada de protocolo de proteção do sistema elétrico, em todo o nosso País.

Sei que a minha contribuição aqui foi muito pequena perante a de vocês. O foco de vocês está muito no custo da energia elétrica, que é coisa de mercado sobre a qual eu não poderia me posicionar já que somos vendedores de energia, e somos do mercado Norte. O PLD do mercado Norte está em um patamar bem inferior ao do mercado Sul e Sudeste. Há um descolamento muito elevado da Região Norte para as Regiões Sul e Sudeste, descolamento que gera prejuízos grandes para quem comprou energia elétrica no Norte e teve que bancar agora o preço desse descolamento da energia elétrica.

Então, é o sistema que existe é que precisa ser melhor debatido para possibilitar maior resultado para todos. O.k.?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Wady Charone Júnior.

Eu tomo a liberdade de iniciar pelo senhor aqui um questionamento: o senhor falou que as linhas de transmissão, a manutenção e o cuidado, digamos, uma auditoria, a manutenção mesmo das linhas de transmissão no Sistema Eletrobrás é de qualidade e que o problema de segurança acontece em todos os países do mundo. Essa questão de uma suspensão de fornecimento de energia acontece. Mas o que está acontecendo no Brasil, Dr. Wady, é que aumentaram as interrupções, aumentaram os chamados apagões, a suspensão das linhas de transmissão. E esse aumento não é porque caíram mais raios ou porque houve mais ocorrências de temporais, pois o clima não alterou fundamentalmente para ter reflexos sobre o processo de produção, geração e distribuição da energia. Então, é alguma coisa que não é o problema da segurança propriamente dita: raio, explosão ou o desgaste de uma... Qual é a justificativa que o Sistema Eletrobrás poderia dar para o aumento da queda de energia, especialmente na área rural?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Aí é que há um detalhe delicado para eu me posicionar, Senadora Ana Amélia. Do ponto de vista da transmissão, o número de apagões que ocorrem no País gera logo um cenário de Jornal Nacional. Se nós formos contabilizar os apagões ocorridos no sistema de transmissão em si, eles realmente não têm aumentado; o que tem acontecido são apagões ocorridos na distribuição de energia elétrica. Eu não sei me posicionar sobre o que está levando a esse número acentuado de apagões nas distribuidoras de energia elétrica, mas eu citaria, como exemplo, a Eletronorte.

A Eletronorte já está há dois anos sem nenhum desligamento que leve a apagão. Agora você vai lá ao Estado do Pará. No Estado do Pará, por exemplo, o número de apagões no oeste do Estado do Pará está sendo alto. Só



no ano passado foram muitos apagões, tivemos até mais de 150. Sobre apagão eu diria que é uma localidade ficar sem energia elétrica com o número de consumidores em potência alta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É o tamanho da linha, é a falta de manutenção, é a falta de investimentos, é o sistema saturado, superado...?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Em alguns momentos, como no caso que eu citei aqui, do oeste do Pará, o sistema teve esgotada sua capacidade de transmissão. Então, nós temos um dado momento em que nós chegamos a um ponto de saturação do sistema de transmissão. A partir daí, no levantamento de causas que levaram a isso, já existem vários agentes que estão nesse processo. Um deles é a própria distribuidora de energia elétrica, porque uma estação é definida por quanto um distribuidor de energia elétrica declara de quanto ele necessita de carga, de demanda para o seu futuro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – As duas grandes hidrelétricas que estão sendo construídas na Região Norte, inclusive no Pará, vão resolver esse problema? Em que tempo?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – As hidrelétricas trazem para o País uma maior oferta de energia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Segurança.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – ... segura e com preço bem mais competitivo. Então, a hidrelétrica tem um preço de venda de energia elétrica altamente competitivo. Então, ela traria para o País maior segurança do ponto de vista de ter um maior bloco de energia elétrica de uma origem mais barata, capaz de atender ao País sem fazer uma oneração alta das tarifas elétricas em função desse custo de geração ser barato.

Então, Belo Monte, que está vindo aí – sua primeira máquina começa a gerar a partir do ano de 2015 –, e, futuramente, o Complexo Tapajós seriam hidrelétricas de alta importância para o País, assim como outras.

Eu até chamo a atenção para a falta de exploração do potencial da margem esquerda do Amazonas, que tem uma característica interessante – nosso País é rico nisso: enquanto a margem direita está na seca, a margem esquerda está na enchente. Então, você poderia até potencializar uma energia hidráulica num país bem maior se você usasse essa beleza que existe no nosso País de ter uma um lado na cheia e outra margem na seca e vice-versa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Só para completar: essa geradora, a Belo Monte, vai também fazer as linhas todas de transmissão na região?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Não. É o seguinte: hoje são feitos leilões separados de linhas de transmissão. Houve, agora, o leilão justamente para atender o complexo de corrente contínua de Belo Monte. Eles são separados, há um leilão só para usina, e outro, só para sistema de transmissão. São separados. Então, hoje em dia, não existe uma vinculação de quem ganhar a



usina fazer o sistema de transmissão. No caso de Belo Monte, há um pequeno sistema de transmissão que interliga com a subestação de Altamira, mas é só um pequeno sistema de conexão, em função do próprio projeto previsto durante a licitação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Então, os paraenses das áreas rural e urbana podem, a partir de 2016, ter uma tranquilidade maior.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Acho que o Brasil ganha mais fôlego em energia elétrica, mas, para mim, não seria adequado afirmar que a distribuição, principalmente no Amazonas, que é na Região Norte, que tem uma infraestrutura precária, estará garantida e que os pequenos consumidores, os agricultores, os avicultores serão atendidos. Posso dizer que, quanto à quantidade de energia, ela daria maior conforto para o País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigado, Dr. Wady.

Eu queria até informar que, diante do que disse o representante da Abragel, José Guilherme, em relação aos números que mostram que a Aneel ainda não liberou as solicitações de PCHs que foram solicitadas –PCHs são as pequenas centrais elétricas –, apresentei uma emenda à Medida Provisória 638, para melhorar o aproveitamento delas no fornecimento de energia, e outra, para beneficiar as cooperativas de eletrificação de que o Marco Olívio falou. E veja, são as duas pontas atendidas com investimento menor, quer dizer, 40 bilhões para todo um sistema é menos do que todo o investimento de Belo Monte, se você considera o conjunto e o grau de capilarização para distribuir. Portanto, mais democrático seria, digamos, esse mercado, não só das PCHs, mas também para as cooperativas de eletrificação rural. Então, é uma questão de decisão política.

Essa questão é séria, e espero que essa minha emenda ajude, facilite o marco regulatório para a própria Aneel ter dispositivos legais para operacionalizar isso. Veja, estamos provando aqui, pelo menos a minha racionalidade ou a minha compreensão do problema entende que duas pontas, as PCHs e as cooperativas que também operam, não requerem investimentos vultosos para dar um atendimento adequado a esse setor mais carente. E, praticamente, a demanda maior, aqui, no caso das PCHs também, está concentrada na Região Sul, que é a região exatamente de pequena agricultura, de pequeno produtor rural.

Obrigada, Senador Cyro.

É região de pequeno agricultor também o Estado de Goiás, Estado do Senador Cyro Miranda. Ramificada ou distribuída, são 290 na Região Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e este três Estados têm uma situação fundiária muito semelhante, que é a pequena agricultura familiar, a pequena propriedade, o chamado minifúndio. Então, penso que não há dúvida aqui de que é preciso, primeiro, uma agilização por parte da Aneel nesse sentido.

Acho que ficou claro aqui, também, no depoimento do representante da Infracoop, do Marco Olívio, que se está matando a galinha dos ovos de ouro,



pelo menos no caso da infraestrutura para a agricultura familiar, que é a cooperativa de eletrificação, que nasceu da necessidade de atender a essas demandas, porque para a grande distribuidora da energia, esse é um consumidor de pequeno consumo, pequeno na avaliação geral do País. Então, estão deixando de fazer os investimentos e criando óbices. Ele diz que a redução de coisas é a metade.

Senador Cyro, V. Ex^a, que entende de economia e de gestão: o depoimento do Marco Olivio sobre as cooperativas de eletrificação rural que atendem às zonas mais distantes – não é o filé-mignon da energia; o filé-mignon está na zona urbana, na zona industrial, é o pequeno lá – eles que atendem vão ter, para atender exigências de normas e regras da Aneel, da Conta de Desenvolvimento Energético, de reduzir em quase 50% as suas despesas. Agora, recentemente, estão pagando o valor mensal dessa conta para as cooperativas do mês de novembro; estão pagando em fevereiro. Não fecha a conta. Esse dado é de ontem: em 26 de fevereiro foi liberado o que deveria ter sido pago à Aneel. Então, eles têm de reduzir em 35%, mais 20%; portanto, mais da metade, matando o sistema. É um contexto realmente muito complicado esse. Então, acho que o Senado aqui tem que fazer alguma coisa.

Eu queria ouvir o Senador Cyro, porque estão aqui os representantes do seu Estado de Goiás e também da Eletronorte, que têm incursão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Eu peço desculpas à Presidente por não ter chegado no horário, mas eu estava conversando com o prefeito da minha cidade, que estava viajando.

Esse é um problema, hoje, crucial para o agricultor. No passado, nós não dávamos muita importância para isso. Veja, na nossa região, principalmente, em que há um número elevado de pivôs centrais, a parte da agricultura para nós é da maior importância, assim como a da agroindústria. Hoje, nós somos os terceiros no País em usinas de álcool. Particularmente nós já temos uma preocupação com a Celg, que já vem debilitada há muito tempo: passou para o Governo Federal com a promessa de se resolver todos os problemas de investimento, e não se investiu nada; estamos com as nossas linhas de transmissão precárias, sem manutenção nenhuma; tudo aquilo que estava no papel está atrasado pelo menos cinco anos.

Então eu acho que nesta Casa, como disse a Senadora, temos que tomar uma providência, porque atualmente a principal força motriz deste País está sendo o agronegócio e, sem energia, não vai funcionar. Nós estamos tendo apagões constantes, pequenos apagões, mas em regiões onde você liga... Porque, junto da agricultura, sempre há uma indústria ligada. Então o prejuízo... Olha, tivemos um dado de Acreúna, de uma empresa que, em um mês, teve 105 interrupções. Agora, essas interrupções são de uma escala tal que, quando se desliga uma linha, para religar essa linha se gasta mais de uma hora. Há todo um processo para ser atualizado. Então, a coisa não é tão simples.



Portanto, esta audiência pública aqui vem em bom momento, mas o seu desdobramento, para mim, é o mais importante, Senadora Ana Amélia. Acho que nós devíamos reunir uma comissão de Senadores, principalmente dessas áreas agrícolas do País inteiro, Sul, Centro-Oeste e parte do Norte, e irmos conversar seriamente no Ministério, porque a situação tende a piorar. É isso o que estamos passando, e aqui nós temos um representante, o Cristiano, que conhece bem esse problema nosso lá.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada pela valiosa colaboração, Senador Cyro Miranda.

Aqui se falou muito sobre a questão da Aneel. A Aneel, como agência reguladora, é uma peça fundamental. Aqui também se falou da demora da análise dos processos. No caso das PCHs, há 680 pedidos lá esperando e entraram em análise mais 138, se não me engano. Então quero fazer agora uma corrida aqui, porque nós teremos um contato direto. Senador Cyro, queria contar com o seu apoio, bem como do nosso Presidente Benedito de Lira, que é muito envolvido com essa questão. Da mesma forma, conto com o apoio do Senador Acir Gurgacz, lá de Rondônia, tanto quanto do Senador Ivo Cassol e do Senador Valdir Raupp. Os três Senadores de Rondônia que fazem parte desta Comissão são muito preocupados, assim como o Benedito, com a questão da energia, porque há problemas de distâncias longas, os sistemas são complicados e a Eletronorte está, através do Dr. Wady, dando uma ideia das dificuldades: só são geradores, não são distribuidores da energia.

Eu penso, Senador Cyro, que, como nós estamos aqui com os especialistas – como diria o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, com os "universitários" –, nós vamos pedir ajuda a eles.

Eu começaria com o Marco Olivio. Marco, nós vamos fazer uma agenda com o Ministro Edison Lobão. O Ministério de Minas e Energia define as políticas de Estado para isso. A execução de análise de projetos fica com uma agência reguladora que tem independência em relação ao Ministério. Então, é uma coisa interessante essa estrutura que temos de execução.

A primeira pergunta: o que, do ponto de vista de política de Estado, política do Ministério, o senhor considera relevante para que seja levado ao Ministério?

E a segunda: o que a Aneel deve fazer?

Nós já tivemos lá uma demanda sobre essa questão da conta do desenvolvimento energético, mostrando algumas peculiaridades. O Governo, e especialmente a Aneel, não pode considerar sistemas diferentes como se iguais fossem ao sistema geral. Então, tem de dar tratamento diferenciado para sistemas diferenciados. PCHs são diferentes de grandes hidrelétricas. Então, elas têm de ter um trato diferenciado, assim como cooperativas de eletrificação rural, que poderiam estar num nível de PCHs ou com outra diferença, em função da sua natureza social e associativa, devem ter também um tratamento diferenciado.



Então, Marco Olivio, do ponto de vista do Ministério, o que fazer e, no da Aneel, o que fazer?

O SR. MARCO OLIVIO MORATO DE OLIVEIRA – Senadora, muito bem colocado. Há uma máxima no setor elétrico, de que a energia mais cara é aquela que não temos. Foi muito bem pontuada pelo nosso colega da Abragel a necessidade de se pensar e de se repensar o custo, os leilões, como é feito o modelo de compra de energia elétrica; ou seja, o nosso desafio está no aproveitamento de todos os recursos energéticos do País, e isso tem de ser tratado de forma diferenciada. Há custos diferentes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – A questão da biomassa, que foi referida aqui: que o produtor poderia fazer um projeto na sua propriedade rural. Nós tratamos aqui, inclusive, com o caso da fronteira do Rio Grande do Sul, onde existe uma concentração muito grande de grandes indústrias de arroz – casca de arroz. A casca de arroz tem um passivo ambiental, porque ela tem de resolver o problema dessa casca; é um volume muito grande, e a queima dessa casca pode gerar – já está gerando em algumas unidades – uma energia de qualidade. Mas sobra um excedente. O agricultor não compra, não consome toda aquela energia daquela biomassa ali aproveitada. Então, essa política não foi definida ainda, que é o excedente que ele produz para jogar na rede de distribuição. Nesse caso, concordo que o modelo de compra de energia e também dessa questão levantada pelo José Guilherme tem a ver com essa política.

O SR. MARCO OLIVIO MORATO DE OLIVEIRA – Isso. Até existe uma resolução da Aneel sobre geração distribuída, muito importante. Foi um avanço nesse sentido de aproveitamento desses diferentes recursos, mas o fato é o desafio para o setor elétrico é conjugar a eficiência com a qualidade da energia elétrica, ou a eficiência de todo o setor, desde a geração, transmissão, com a qualidade de energia elétrica. Isso como nós pensamos é complexo, mas tem de ser...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Enfrentado.

O SR. MARCO OLIVIO MORATO DE OLIVEIRA – ... enfrentado.

E outra: a visão do negócio da energia; ou seja, o nosso colega da Eletronorte falou do estresse da linha de transmissão, isso em um país que está crescendo a 2% do PIB. Imaginem se a gente estivesse crescendo a números como a metade dos chineses – vamos assim dizer –, seria, aí sim, um colapso.

Então, é pensar o negócio da energia elétrica, o setor como um negócio. Qual o desafio? Qual a previsão de crescimento? Onde a gente tem de investir? É difícil, numa hora em que o Governo, o País está descapitalizado, mas a gente não pode matar nossa galinha dos ovos de ouro.

Nesse contexto, a Aneel está fazendo um trabalho muito interessante. Abriu um espaço para rever a metodologia de revisão tarifária das cooperativas em si. É um processo que tem uma morosidade, mas ela sabe dos desafios. E ela está encapsulada numa legislação, dentro de uma política que não



é ela que define. Ela é consultada sobre alguns termos dessa política, mas não é ela que a define.

Então, é preciso nova reflexão do setor elétrico brasileiro. Como a gente pode gerir o aproveitamento de todos os recursos, garantindo uma prestação de serviço de qualidade para o consumidor final, de modo a desenvolver ou a garantir a continuidade das atividades produtivas, das atividades corriqueiras, e a qualidade de vida daqueles consumidores finais? É esse o desafio.

Isso passa por uma reflexão sobre os recursos e a remuneração do setor em si. O que acontece hoje é uma descapitalização das empresas que estão no setor elétrico, e isso tem reflexão na qualidade do serviço, na produção de energia, na distribuição e na transmissão de energia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Marco Olivio.

Passo, agora, a palavra ao Cristiano.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – Bom, Senadora, realmente, é preciso analisar o que deve ser feito e como a gente pode agir em relação ao isso. Nós da agricultura contamos muito com o setor elétrico, com os especialistas do setor elétrico. Realmente, nós somos especialistas em produzir. E a gente realmente sabe aquilo de que a gente está necessitando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Você só precisa de energia?

O SR. CRISTIANO PALAVRO – A gente precisa de energia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Como fazer é o Governo que resolve.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – A gente precisa se sensibilizar para entender realmente os impactos que essas mudanças no nosso padrão de fornecimento de energia elétrica vão gerar na agricultura. Quando a gente fala em produzir, nem sempre isso significa produzir mais ou garantir mais valores econômicos para o País. Realmente, é preciso se sensibilizar para os efeitos obtidos no longo prazo e para os efeitos em toda a cadeia logística do País, pois esses investimentos vão gerar frutos. No caso da armazenagem, por exemplo, ao se falar em armazenamento no interior do País, se são retirados os problemas logísticos das estradas, vamos ter mais tempo para levar a produção para o porto. Não vamos perder essa produção. O produtor vai ter uma melhor capacidade de negociação, não precisando vender sua produção em momentos em que ele não necessita ou em que os preços não são favoráveis.

Podemos falar em irrigação, por exemplo, que é um setor que está sofrendo muito com essa falta de fornecimento adequado. A irrigação, hoje, pelo menos quintuplica os valores de produção que a gente tem por área. Pode-se falar hoje em irrigação somente complementar. Vou citar um exemplo bem conhecido, que é o caso de Cristalina. Cristalina é uma das maiores áreas irrigadas do mundo. Cristalina tem cem mil hectares de área irrigada, o que gera um valor



bruto de produção de R\$1 bilhão, enquanto seus 300 mil hectares de área de sequeiro produzem apenas algo em torno de R\$200 milhões a R\$300 milhões.

Então, realmente, a gente precisa se sensibilizar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É valor agregado.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – ...quanto aos verdadeiros efeitos que essa falta de fornecimento adequado está trazendo para o setor. Não é somente o produzir mais. A gente sabe que não é só de supersafra que o Brasil vive.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É preciso agregar essa parte.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – A gente precisa agregar valor. É preciso fazer com que evolua a nossa agroindústria. Pensar na produção agrícola é pensar na base de uma agroindústria, o que é fundamental para a economia do País.

Então, realmente, temos de sensibilizar os setores responsáveis para o fato de que essa energia precisa chegar ao interior com qualidade.

Quando o nosso colega Wady Charone comenta sobre essas quedas geradas por efeitos naturais, como raios e acidentes, a gente entende esse ponto. A gente realmente sabe que isso sempre vai existir, mas a gente gostaria de ter um atendimento melhor. A gente sabe que essas quedas são corriqueiras. Mas uma propriedade não conseguir ter acesso nem à informação, para saber quando isso vai voltar, quando isso vai retornar? Realmente, o produtor tem de ser armado com outros artifícios. Ele tem de ter pelo menos informação de qualidade para saber como direcionar suas ações.

Então, realmente, alguns marcos legais precisam ser estabelecidos, principalmente na questão de novas fontes de energia e na adição dessas novas fontes à rede das concessionárias como um todo.

Há o caso da Resolução nº 7.891, com horários especiais para o consumo. Falando do caso da irrigação, a gente tem aquele desconto das 21h às 6h. Esses são pontos extremamente relevantes que a gente pode levar para outros períodos, não só os dias de semana, mas finais de semana, porque as plantas, a agricultura, em geral, não para no final de semana ou no feriado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Claro, tem que tirar o leite também.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – A gente costuma falar que é só dia e sol, não é segunda, terça...

Mas seria isto: sensibilizar todo o setor para que essa energia chegue com qualidade nas propriedades.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Cristiano, essa Resolução 7.891 é da Aneel, não é?

O SR. CRISTIANO PALAVRO – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Então, ampliar para mudar o...



Eu passo agora para o nosso José Guilherme.

É decreto, não é? Decreto é do Poder Executivo.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Bom, Senadora, a senhora estava comentando sobre as duas pontas: de que PCH e cooperativas são duas pontas do ponto de vista de produção e consumo, mas, às vezes, é a mesma ponta. Quer dizer, as cooperativas, principalmente no Rio Grande do Sul, são exímias construtoras de PCHs. Várias que existem lá e estão em operação são de cooperativas de eletrificação rural, assim como no Paraná também, e em Santa Catarina. No Sul, isso foi muito comum em uma determinada época.

A outra questão que acho importante, falando de biomassa, é que a gente, às vezes, pensa em biomassa numa escala pequena, mas, como a senhora falou, no caso da casca de arroz, tem-se um volume muito grande. Então, tem-se uma capacidade de geração razoável, assim como no açúcar e álcool – o Senador Cyro estava falando da região de Jataí e de Rio Verde em que existem grandes usinas que se implantaram já com uma estratégia de gerar energia elétrica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – De produção de sua própria energia.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Mas há usinas antigas em que se poderia fazer uma reforma...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Uma conversão.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Isso, uma reforma na sua caldeira para gerar mais energia, mas não tem o sinal, não tem o preço nos leilões para fazer isso. Se houvesse o preço, se estaria gerando essa energia. Hoje, está-se jogando o calor fora e poder-se-ia estar usando esse calor de melhor maneira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Não há leilão para biomassa, então?

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Há leilão para biomassa, mas não tem preço. Se a senhora olhar naquela transparência que apresentamos, elas têm entrado muito pouco também, assim como as PCHs. E nós estamos falando em alguma coisa daquela ordem de R\$30,00, de R\$20,00 por megawatt a mais, quando se poderia mover essas pessoas a fazerem esses investimentos para ter essa disponibilidade. É a mesma questão de cavaco de madeira no Norte, quer dizer, há um excesso de cavaco de madeira e se poderia estar gerando biomassa com cavaco lá, o que também não ocorre.

Uma questão que o Dr. Marco estava falando: o PIB nosso cresceu 3%. Isso é o PIB geral, mas o PIB da agricultura cresceu 6,5% quase.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Onde o problema está maior, não é?

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – E onde é preciso atender é onde você está fazendo investimento, montando fábricas para



processar grãos, transformar óleo, e, tanto as fábricas quanto os armazenamentos têm que estar com um gerador a diesel do lado. É um contrassenso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É porque a economia, a racionalidade recomenda que a agroindústria esteja próxima da matéria-prima, e aí é que aumenta o problema.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Acho que a visão, sem querer ser pessimista, é que nós precisamos trabalhar para que esse problema não se torne crítico. Por quê? O Dr. Cristiano falou muito bem. Há a agricultura irrigada, há uma série de questões que estão sendo implementadas que, basicamente, resume-se ao fato de que a tecnologia está indo para o campo. O campo está, cada vez mais, usando a tecnologia para a sua produção de maneira eficiente. E tecnologia é energia. Não há como achar que o campo vai ser uma área extremamente tecnológica sem energia, que é essencial.

A pergunta da senhora: "O que o Ministério pode fazer ou que a Aneel pode fazer?" Eu acho que a senhora mesma deu a resposta, que é não tratar igualmente os desiguais. Tem que existir uma visão de que se precisa de todas as fontes. Belo Monte, as usinas do Madeira são essenciais. Sistemas de transmissão de longa distância levam blocos de energia muito grandes ao Sudeste, onde o consumo exige, mas é preciso ter a geração local, ter fontes descentralizadas; mais do que isso, é preciso usar a potencialidade local. Jogar bagaço fora, jogar casca de arroz fora, não explorar uma determinada geração local, como a senhora acabou de colocar, é um contrassenso. A gente não pode se permitir isso. Precisamos usar todos os recursos que temos para tentar atender a necessidade da sociedade da melhor forma possível, sem ficar amarrado a determinado modelo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – E esse processo, José Guilherme, penso que permite ao Brasil, que hoje tem uma concentração sobre a produção de hidrelétricas – que é polêmica, ambientalmente falando –, diversificar a matriz energética brasileira, que está concentrada. E claro, o País com esses recursos hídricos que tem, é um dos melhores do mundo, precisa ter, por garantia de fornecimento, uma matriz que não seja focada nos derivados de petróleo. Diria que isso é uma coisa inacreditável no nosso País.

Então, tendo todo esse recurso de matérias-primas, de insumos para produzir energia, como o cavaco de madeira, a casca do arroz e outros tantos, como a palha da cana e o bagaço da cana, que não são aproveitados, que se abra espaço para essa diversificação da matriz energética.

No caso do Sul do País, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por exemplo, temos as termelétricas com carvão mineral de lá. Há a região carbonífera do Rio Grande do Sul, São Jerônimo, Butiá, Minas do Leão, Candiota, na fronteira com o Uruguai. É preciso fazer isso.

A tecnologia que chegou ao campo também chegou à produção de uma energia mais limpa, que é a grande reclamação de que faz. Hoje, uma geração térmica a carvão mineral é mais limpa em função do uso tecnológico. Antigamente, não. Não se podia.



E até aquelas áreas de mineração a céu aberto estão sendo restauradas com plantio de pasto, o senhor que é daqui da região, para uma nova atividade econômica. Ficou aquele buraco, aquela cratera da sobra da exploração do carvão, mas ficou uma utilização econômica e ambientalmente importante, porque a cobertura da superfície com terra e plantio também é ambientalmente muito importante.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Há um comentário feito pela senhora que é muito interessante: aqueles 40 bilhões, mesmo que não ocorram ao mesmo tempo, ocorram espaçadamente, estão tão dispersos dentro do País que o efeito deles é também de distribuição de renda. Se a senhora tiver a curiosidade ou se alguém pegar aqueles projetos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu vi o mapa dos números.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – ... e checar o IDH dos Municípios onde esses projetos estão instalados, vocês vão ver que o IDH desses Municípios...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É baixo.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – É baixo. Então, você tem uma chance de também levar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – De ser impulsionador do desenvolvimento econômico.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – ... da economia local. Esse é um efeito que muitas vezes a gente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Um ganho social também.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Em contrapartida, como são empreendimentos de uso pequeno de mão de obra, não é preciso ter aquela migração que se tem nos grandes projetos; consegue-se usar mão de obra local e têm-se distribuição de renda sem migração de mão de obra.

Então, é um círculo virtuoso no processo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Ainda mais nós – eu que sou do Rio Grande do Sul – temos um problema que continua do passado, que é o êxodo rural. E esse êxodo seria mitigado com essa inserção pelo acesso à internet – a energia é acesso à internet – ao entretenimento, à televisão, a todos esses bens de consumo que hoje estão à disposição do consumidor e do usuário. Ele precisa é do insumo fundamental, que é a energia para mover isso.

Então, na verdade, José Guilherme, o que nós verificamos é que a Aneel tem que agilizar.

Qual a justificativa que a Agência tem dado à entidade Abragel sobre a demora desse estoque de pedidos que têm lá.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Na verdade, ela tem um procedimento implantado lá, que é apenas analisar os projetos quando o licenciamento ambiental estiver emitido. Essa é uma questão.



Mas isso acaba provocando uma corrida do cachorro atrás do rabo, porque eu preciso do licenciamento emitido para ter análise do projeto, o projeto não é analisado, eu não consigo inscrever esse projeto num leilão para vender energia, não consigo sensibilizar os órgãos de meio ambiente no sentido de que aquele projeto poderá vir a ser implantado, e não se emite a licença. Então, a gente já teve algumas discussões com a diretoria da Aneel no sentido de reestruturar o processo, na medida em que ela consiga analisar os projetos, que emita uma informação de que esse projeto está em condição de ser aprovado, dependendo apenas da emissão da licença prévia – e só vai ser aprovado com a emissão da licença prévia; é o correto –, para que, com isso, a gente possa dinamizar o processo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Ele fica na boca do forno, não é?

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Fica na boca do forno.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – De fato, não há necessidade, porque isso pode demorar muito mais tempo e racionalizaria também para o planejamento estratégico do sistema.

Dr. Wady, agora é a sua vez. O senhor, como agente do Governo, porque a Eletronorte está no Sistema Eletrobrás, certamente vai ter demandas menores ou vai dizer que vai esperar que o Ministro decida, não?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Bom, poderia resumir dessa forma, mas eu acho que eu vi uma riqueza aqui muito grande de dados e fatos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É verdade.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Eu vi também uma certa organização e também algumas ausências de alguns números mais depurados com pontos de vista sobre que potencial econômico há em torno de uma PCH, o que ela geraria. Acabaram falando do IDH e outras coisas.

Eu também consigo perceber claramente que a agonia de vocês deve ter uma precedência muito forte. E eu quero me reportar a um número aqui, focando só o Estado de Rondônia, o.k? Eu me preparei para o Estado de Rondônia para esta Audiência, porque isso estava em foco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – O Senador Acir é muito é o nosso Vice-Presidente e é muito atuante.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Exatamente. Perfeito.

Então, vou dar uma ideia para vocês, pegando o ano de 2012, em que tivemos, pelas distribuidoras de energia elétrica, 1.019 desligamentos. Pelas transmissões da Eletronorte, que tem lá algumas linhas, foram 86 desligamentos.

Tempo. O tempo médio desses desligamentos, pela Eletronorte, foi de 45 minutos sem energia elétrica. Com relação às distribuidoras, eu levantei os dados aqui e pode haver alguns erros, porque são levantamentos feitos pelas transmissoras. Então, não se pode considerar isso como verdade; essa



quantidade pode, mas o tempo, não. Nós tivemos até desligamentos ou racionamentos que duraram por dias, em função de queima de transformadores.

Então, se eu pegar a proporcionalidade de números, pegando dados de 2013, teremos seis desligamentos contra 525 das distribuidoras para essas localidades que vocês estão falando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Então, o problema está na distribuição?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Não, aqui eu estou dando uma amostra. Será que isso se repete para outros? Não podemos tirar uma conclusão. Temos dados que poderão ser até uma extensão para as outras distribuidoras de energia elétrica, outras transmissoras, mas, em Rondônia, fica evidente que nós temos um problema sério a ser focado na distribuição de energia elétrica. Isso para mim fica evidente pelos números. Esse é um aspecto.

Eu queria dar-lhe os meus parabéns, Senadora Ana Amélia, porque eu gostei de ouvir o que a senhora falou: tratar os desiguais não como iguais. Quem vive no Amazonas, por exemplo, sente muito isso. E é muito apaixonante falar sobre o Amazonas; é muito apaixonante falar sobre a floresta; é muito apaixonante falar sobre a defesa de tudo aquilo lá, mas muitos falam sem conhecer a realidade da região, sem conhecer o quanto é difícil trafegarmos, andarmos 50 km em plena chuva no oeste do Estado do Pará. Muita gente desconhece o que significa isso e, às vezes, falam muitas coisas. Às vezes, temos muitos impedimentos sobre questões muito importantes para o nosso País. E há muitas ONGs que não falam nem português.

Então, nós temos certos programas que precisam ser mais bem focados, mais discutidos, sim. Acredito que sim. Este País merece uma atenção mais especial e merece saber também que há desigualdades muito acentuadas aqui, e não se pode colocar iguais com desiguais.

Então, isso me deixou muito feliz, ou seja, ver que existe uma consciência muito grande, pelo menos a senhora manifestou muito isso, quanto a essa necessidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – As desigualdades.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Como você pode estabelecer uma regra padrão para os desiguais? Como é que se comparam esses números para os desiguais?

Então, esse é um detalhe importante.

Eu chamo a atenção para isso, porque a energia de biomassa, essa energia de cavacos... Há a do caroço de açaí. O que temos de caroço de açaí e que podemos explorar também! Então, nós temos muitas matérias-primas que podem se transformar em fontes geradoras de energia elétrica. Elas são caras, são caras sim. Precisa ser mais bem visto o quão significa essa perspectiva, só cara. Se nós formos detalhar o ponto de vista...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – O custo benefício, neste caso, não pode ser feito como se faz para outros sistemas. Tem



que fazer do ponto de vista do reflexo sobre o ambiente e sobre a racionalidade daquilo para o local.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Perfeito! Eu acho que uma visão mais holística, pegando mais parâmetros, não se concentrando num único parâmetro, torna-se um elemento principal. Às vezes se foca muito só no parâmetro econômico, mas não se percebe que aquilo que você achou caro, em longo prazo, sai muito mais barato com toda a certeza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Especialmente para a natureza.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Com toda a certeza. O.k.? Era isso que eu queria falar para vocês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Dr. Wady, agora chegou um especialista em Rondônia. Eu falei aqui já dos três Senadores por Rondônia que falam muito daquela região. Rondônia sofreu uma enchente muita séria, como também o Acre. As imagens que a gente viu são incríveis. De novo, a questão do planejamento. Uma ponte lá ficou coberta por água 1m acima daquilo que normalmente poderia ser. Então, além de ser da região, de ser ex-Governador de Rondônia, o Senador Ivo Cassol também entende muito de energia. Eu sou apenas uma leiga.

Então, Senador Ivo Cassol, sua contribuição neste debate que, a meu juízo, foi uma das melhores iniciativas que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária fez entre tantas de grande profundidade e de grande alcance.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Obrigado, ilustre Senadora do Brasil pelo nosso grande Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia, nossa parceira do Partido Progressista.

Aos nossos convidados, fica o nosso abraço, o nosso obrigado por participar desta audiência pública.

Eu estava com outro compromisso fora e acabei chegando atrasado a esta audiência, mas não poderia deixar de participar dela, como conhecedor deste tema.

A nossa Presidente, Senadora Ana Amélia, acabou de frisar há pouco a situação que o Estado de Rondônia está vivendo, tanto que foi para lá hoje, pela manhã, um avião da Força Aérea, levando uma comissão de Deputados Federais e Senadores. Eu fui convidado para estar lá, mas outros compromissos me seguraram aqui em Brasília, hoje, durante o dia.

Como a gente estava falando aqui de pequenos empreendimentos, muitos criaram expectativa de que as enchentes de Rondônia seriam por causa das usinas. Aproveito o ensejo para deixar bem claro que as usinas do Rio Madeira são de fio d'água, as quais não têm reservatório. É igual à casa da gente. A água entra por um cano e sai pelas torneiras. Então, não há uma caixa d'água que faz o reservatório. Criou-se o mito lá de que ia estourar a barragem, ia estourar não sei o quê, ia acontecer não sei aquilo. Isso é um fenômeno da natureza. Nós temos no Rio Madeira, que emboca tanto o Rio Beni, que é o Rio Madre de Dios, que vem do Peru, passa pela Bolívia, entra no Rio Madeira, como



temos o Rio Mamoré, que nasce nos Andes também, dentro da Bolívia e passa pela cidade de Trinidad, cidade baixa igual a uma cidade dos Estados Unidos em que uma vez estourou um dique ao redor, alagando a cidade. Eles estão vivendo essa mesma situação lá em Trinidad. Eu estive lá, como governador, três vezes. É tudo plano, o rio sobe, sai da calha do rio. Eles fizeram um dique ao redor da cidade. Eu recordo que, a última vez que estava lá, estava havendo enchente na época, as pessoas já haviam perdido muito gado, era uma enchente igual a essa. O pessoal me colocou num hotel numa suíte embaixo: "Não, esta é a melhor que há." Eu disse: "Não, esquece. Me dá a pior, a de cima. Eu não sei se esse dique estoura à noite ou não." Estava vazando água e as bombas tocando de volta por fora, porque não há rio dentro das cidades, só a água que as pessoas consomem e o rio que passa do lado e, em redor, tudo cheio, igual a uma piscina, mas o inverso: em vez de água dentro da piscina, o povo estava dentro da piscina e a água do lado de fora. Essa água não tem outro caminho a não ser passar por dentro do Estado de Rondônia, por dentro do Rio Madeira. Nós já chegamos ao pico de quase 18 m no passado. Ontem, nós estávamos com praticamente 18,6m. E a previsão é chegarmos, nos próximos dias, a 19,13m. Agora, o nível da água está subindo muito pouco porque é plano. Em todo o local do Estado de Rondônia com o Amazonas, então, a água sai e toma conta. Nós temos os ribeirinhos, todos eles, Senadora Ana Amélia, nossa Presidente, ilhados. São produtores da monocultura. Produzem, às margens do Rio Madeira, melancia, melão, feijão-de-vagem, hortaliças, fruticultura, e hoje está todo mundo ilhado, perderam por causa dessa situação. Mas, amanhã, com certeza, vão estar tudo de volta no mesmo lugar porque foi lá que aprenderam a vida inteira a sobreviver.

Então, esse mito que criaram de que pode estourar a Barragem do Rio Madeira... Tanto que a usina de Santo Antônio parou de gerar porque o nível da queda igualou a água de baixo com a de cima. Então não tem mais, parou de gerar desde quinta-feira da semana passada, se não estou enganado. Parou de gerar porque não tem força, porque a água de cima é igual a água de baixo. Então, o pessoal de Rondônia que está me assistindo, me acompanhando – já falei isso da tribuna do Senado na semana passada –, pode ficar tranquilo, pode até a água passar por cima da barragem, se for o caso. Mas os cálculos que fizeram foram muito além.

Essa energia vai poder ajudar o Brasil nessa crise que nós estamos vivendo hoje, porque, queira ou não queira, nós temos que admitir, temos uma crise de fornecimento de energia. Enquanto está chovendo muito na Bolívia e no Peru, porque não sei o quê, dizem os meteorologistas que o vento empurrou para lá e não veio para cá e as nuvens ficaram lá e não vieram aqui, e aqui está seco e lá está chovendo, e aqui os reservatórios estão vazios. Vejam São Paulo, que situação está vivendo, com falta até de água potável para abastecer a população e, ao mesmo tempo, está sobrando água na Amazônia. Por isso a importância que têm essas usinas da Amazônia.

Nós temos que parar de dizer que a Amazônia não pode produzir energia. Isso é conversa de bêbado para delegado. Isso é conversa de ONG ou



de algum membro de ONG que não faz o papel brasileiro, mas, infelizmente, faz um papel de interesse de alguns países que não querem que o Brasil tenha a energia em abundância, com sobra para ser competitivo no mercado. Então, essa é a situação que a gente vive. E uma das situações que temos de lembrar aqui, já que estamos discutindo essa questão de energia para o homem do campo, para as cidades mais afastadas, Presidente, é a situação de que, nos últimos tempos, o Governo Federal, com medo do que a imprensa vai dizer... Mas eu quero lembrar a imprensa brasileira que só se sobrevive com energia.

Se tirar a energia da imprensa, eles não podem rodar uma máquina de jornal; eles, sem energia, não conseguem rodar as televisões para poder passar para o Brasil e para o mundo o que está acontecendo. Então, a energia é fundamental. E as usinas que foram construídas e que estão sendo construídas não têm reservatório. Bom, se não têm reservatório, é fio d'água, do jeito que entra, do jeito que sai, vai embora e ficou por isso. Mas, mesmo assim, temos que aproveitar esse potencial, repensar essa situação de alguns empreendimentos, como a Belo Monte do Pará. A usina Belo Monte, do Pará, tem calha para fazer um grande reservatório, que não foi feito por medo de questões ambientais.

Hoje, todo mundo está sentindo na pele, todo mundo está arrependido, mas depois que a água bateu na bunda. Mas antes, se tivessem sido tomadas providências e com coragem, a situação seria diferente. Então, para certas situações em nível nacional, nós temos que ter coragem para isso.

Outro passo importante, Senadora Ana Amélia, nós precisamos – e o Congresso Nacional tem como ajudar nisso, mas tem que ser uma iniciativa do Palácio do Planalto – de uma legislação de cima para baixo. Hoje, nós temos uma legislação de baixo para cima. Alguém de repente nem vai entender, mas que legislação é essa de baixo para cima, se nós temos Constituição? É o contrário, qualquer um que entrar contra uma usina, que entrar contra o empreendimento, pode ter um calango lá, pode ter um formigão lá, pode ter uma abelha, para tudo, para tudo.

Quando eu falo que tem de ser de cima para baixo é o seguinte: se faz uma emenda na Constituição, se faz uma legislação, todas as obras de interesse nacional, ponto final. Não se discute. Cumpra-se e faça. Acabou. Mas hoje, não. Por qualquer motivo, para obra. Por exemplo, a Belo Monte, quantas vezes parou? Pega uma Santo Antônio. Veja quantas vezes parou? Quantas obras, no Brasil, que nós temos paradas?

Vou dar outro exemplo para vocês aqui. Vamos falar de Brasília. Brasília é a nossa Capital Federal, que bonito que é, né? A gente olha para um lado e vê aquele lago bonito; a gente olha para o outro e vê tudo florido; a gente olha para o Banco Central, e a gente não vê crise, a gente vê que tem o Banco Central, tanto que é para cima é um buraco para baixo com o dinheiro que tem lá no subsolo. Mas aí a gente olha para o resto do Brasil e vê que a situação é bem diferente.

Aqui em Brasília, para fazer... Nós temos o Eixão, temos o Eixinho, parece que é isso, que sai lá para o Gama... Para o Gama não, sai lá para o



aeroporto. E na baixada, embaixo, nós temos seis, oito pistas em cima, e na baixada, embaixo, nós temos duas pistas, porque do lado, tem não sei o quê, um parque, e aí, por causa dos calangos aqui de Brasília, do Cerrado, não se faz a terceira, quarta pista. Isso é uma vergonha! Isso é falta, entendeu, de coragem, de determinação, de peitar, do Governo do Estado, que é da base do Governo, e também do Governo Federal. “Ah, mas por que não sei quem, não sei o quê...”

Meu chefe, é a população, é o ser humano. Nós temos que dar um exemplo para o Brasil, porque a nossa infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento, o progresso.

Então aqui em Brasília nós temos todo o movimento do centro aqui, na Praça dos Três Poderes, onde nós estamos agora, subindo, em frente aos Ministérios, pegamos o Eixão, pegamos o Eixinho, divide lá... Tem quantas pistas lá em cima? E aí chega lá na frente e emborca para duas pistas só.

E aí quando tu vais para o aeroporto... Já perdi o voo, já aconteceu. E ainda por cima tem a obra lá em cima, que deixaram para fazer a obra de última hora, o que não vem ao caso, com o...

Então é isso que o Brasil tem que parar. O Brasil tem que parar de correr atrás dos prejuízos. E nós temos que correr na frente. Temos uma legislação, que é de interesse nacional e não pode mudar. Por exemplo, tem a 101, que vai para Santa Catarina, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e vai para o Nordeste. Tem um lugar, no meio da 101, que está parado, porque alguma coisa, entendeu, o próprio Governo, entre o Governo, não se entende.

Eu fui governador. Eu fui Governador do Estado de Rondônia. Eu reuni meus secretários e falei: ou vocês se entendem ou eu exonero todos vocês. Porque aqui, se um falar uma língua diferente do outro, está fora.

Nós estamos o quê? Qual é o nosso projeto, qual é o nosso objetivo? Qual é o nosso propósito? É esse? É esse. Agora vocês se entendam e façam a parte legal da burocracia e vão para frente.

Então, hoje o problema do Brasil, a maioria desses empreendimentos de energia, mesmo de infraestrutura, está parado na burocracia.

Essa lei, essas leis existentes, infelizmente, fizeram lá atrás para travar os governos que estavam aí, e agora o próprio Governo está experimentando o próprio veneno. Ele mesmo está experimentando o próprio veneno. Não adianta reclamar não porque está aí olha... Lá em 2001, falaram da energia. Foi o mote de campanha. E agora é época de campanha e o plano de energia é o mesmo.

Então, o que nós precisamos? A classe política tem que parar, deixar de se preocupar, por causa de infraestrutura como discurso de palanque, e pensar em trabalhar e fazer da maneira que o Brasil e os outros países desenvolvidos também fizeram. Nós não temos que ter medo de fazer as coisas.

Eu falo isso porque eu sou um pequeno empreendedor. E é no ramo de atividade de PCH. E nós temos não uma, nós temos inúmeras PCHs aí para serem construídas no Brasil, mas nós tivemos uns problemas passados, Sr^a



Presidente, Senadora Ana Amélia, que não estimulou as PCHs, porque para você fazer uma PCH, o custo dela é o dobro de você fazer uma usina hidroelétrica.

Você vai dizer: mas o que é isso? Não é. É porque você faz um pequeno aproveitamento e, para você, naquele pequeno aproveitamento, fazer para cinco mega ou fazer para dez mega, a estrutura praticamente é a mesma, só muda o gerador, ou só muda, pouca coisa. A casa de máquina é a mesma. E o custo é de seis a oito a dez mil reais o megawatt. Enquanto, para você fazer uma grande usina, vai fazer por três.

Aí quando essa energia vinha para o mercado, há três, quatro anos, ela vinha pelo mesmo preço da energia de uma grande usina. Você nunca vai conseguir concorrer com uma grande distribuidora. Se você for comprar, mesmo qualquer produto, você vai comprar um litro de óleo, mas você vai lá e fala: não, eu quero mil caixas de óleo. Lógico que a fábrica vai fazer mais barato. Então precisa ter, urgentemente, um programa voltado para o fornecimento desses pequenos empreendimentos para estimular.

Existe, Senadora Ana Amélia, um incentivo, para transmissão de energia, de 50% de redução da tarifa, porque daí a PCH pode vender com essa diferença, mas na atual tarifa que tem hoje, no PLD, a energia está lá para o espaço, então isso não vem, mas na hora que abaixa... Mas teve uma época que era 100%.

Então, quer dizer, uma sugestão minha, que eu dou, é a gente trabalhar junto aqui para ver se consegue trazer de volta pelos 100%. Trazendo 100%, é R\$50 o megawatt, mais ou menos, um pouco mais, um pouco menos, que o proprietário da PCH aproveita nisso.

Uma outra coisa importante. Bom, está aqui, vou dar um exemplo...

Nós da Amazônia, até o final de 2012, nós tínhamos uma linha de crédito no FNO, do Governo Federal, para construir PCH com o juro baixo. Aí, o Banco da Amazônia, o Governo Federal resolveu emprestar o dinheiro para esses grandes empreendimentos. Caparam todo o dinheiro do fundo, aplicaram na Santo Antônio, aplicaram na Jirau, aplicaram em Belo Monte, e sabem o que sobrou agora para nós, em Rondônia? Só uma banana. Não tem mais nada para podermos aplicar lá, nem lá, nem no Nordeste. Não tem mais nada! Se quisermos um real... E estou falando isso porque estou trabalhando em cima do Basa, do Ministério da Integração Nacional, do Ministério da Fazenda, onde me atenderam super bem, mas disseram que, agora, a política é a seguinte: qualquer empreendimento de energia tem que ir para o BNDES. Só que, no BNDES, o dinheiro de é igual perna de cobra; todo mundo fala, mas ninguém vê. E estou falando por mim, como empresário: nunca tive sucesso no BNDES. Nunca! A não ser para comprar um caminhão ou uma máquina de esteira, etc. Mas, com empreendimento em PCH, eu lutei uma vez e não consegui.

E uma coisa importante, Senadora: o trabalho que se tem para fazer um projeto para tomar R\$10 milhões, para uma PCH, ou o de ir lá e tomar R\$1 bilhão, para uma grande usina, é o mesmo. Então, o que é preciso? É preciso separar isso rapidamente.



O Palácio do Planalto, o Ministério da Fazenda e o Ministério da Integração, que tem lá a área desses fundos, precisam urgentemente voltar com o incentivo para os pequenos empreendimentos em PCHs. Não defendo para grandes – houve um erro lá no passado –, mas há que se voltar a incentivar, com juros subsidiados... E por quê? Porque o custo de fazer uma PCH é maior que o de fazer uma usina. Então, o dinheiro que se pega no FNO é um pouco mais barato. E isso, quando chega ao final, contribui muito. É disso que estamos precisando. Nós temos mais de mil pequenos potenciais hídricos para serem aproveitados.

E quero parabenizar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa de propor uma emenda à Medida Provisória nº 638, que pega esse IGH de 0,1 e passa para 0,3...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu mencionei aqui a emenda. Tenho aqui, aliás, o texto dessa emenda ao art. 8º da MP.

O artigo da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 8º. O aproveitamento de potenciais hidráulicos iguais ou inferiores a 3.000kW e a implantação de usinas termoeletricas de potência igual ou inferior a 5.000kW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicados ao poder concedente.

Essa é a lógica que comentávamos aqui: tratar diferentemente situações diferentes, e não de forma igual situações diferentes.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – O que acontece, Senadora? Aprovando, há um projeto de lei, já foi aprovado na Câmara, que está vindo para o Senado, e há essa emenda na medida provisória para poder ganhar tempo. Assim, nós vamos dar condições a todos esses aproveitamentos hidráulicos que existem no Norte, no Sul – especialmente no Sul, onde há muitos aproveitamentos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Só de PCHs, existem 290 projetos aguardando na Aneel.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Pois é; vai dar para a Presidente Dilma, nos últimos tempos aí, agora, gerar em torno de, no mínimo, 30 a 40 mil empregos só em cima da aprovação dessa mudança.

Outra mudança, também de autoria da senhora, que está lá – e sou o Relator revisor dessa medida provisória, juntamente com o Deputado Federal Gabriel, se não me engano –, diz respeito ao fato de que, hoje, o incentivo para linhas de transmissão de PCHs até 30 é de 50%. Com a emenda, nós estamos elevando para até 50%. Por que nós estamos fazendo isso? Para que a pessoa, quando fizer o projeto, não precise diminuir para se adequar ao incentivo; que aproveite ao máximo o potencial.



E, mesmo que seja só no período das águas, é importante, Senadora Ana Amélia. Como hoje, em Rondônia, nessa época, falta água para cá, se estivesse rodando 100% lá, aproveitando todo o rio... "Ah, mas depois, na seca, cai para 20%". Não tem problema nenhum! Assim se potencializou no tempo em que se tem água à vontade. E o empreendimento que é considerado modelo PCH mas que sai fora dos parâmetros da PCH, que é de 1 até 50, passaria para 100. Assim, não precisaria entrar no leilão. E por que isso? Porque nós temos, hoje, muitos empreendedores – vejam como é, e falo porque conheço vários – que estão nessa atividade de PCH e que, hoje, já têm potencialidade para construir uma usina de 60, 70 ou até 80MW, sem a burocracia existente.

E se você vai para o mesmo sistema, para o mesmo pacote dessas grandes empresas, você está sempre fora. Por que está sempre fora? Porque essas empresas grandes estão aí para fazer grandes projetos, grandes aproveitamentos hidráulicos. E esse projeto de lei, em que está a emenda da senhora, acatado pelos Deputados, acatado por todo mundo, com certeza vai dar oportunidade a esses empreendedores que já estão com atividade de PCH até 30 mega. Muitos deles – já falei com vários aí – estão preparados já para entrar, para poder começar no ano que vem ou nesse ano ainda da entrada na Aneel para poder aprovar esses outros projetos.

No passado, Senadora Ana Amélia, era assim. Nós temos o potencial em Rondônia. A usina, se não me engano, é a Rondon II – é isso mesmo –, de um grupo da Bahia, entre Pimenta Bueno e Vilhena. A usina já está funcionando. Ela é de 79 mega e foi nesse sistema. Foi lá atrás nesse sistema e está gerando energia. Então, quer dizer, você sai desse pacote em que você é obrigado a fornecer de qualquer maneira, por leilão, a disputar com essas grandes empresas – e ninguém sabe como é que funciona o acordo lá –, mas aí dá oportunidade para esses empreendedores individuais para poder aproveitar os aproveitamentos existentes nas suas propriedades, ou na sua região, ou no seu Estado, e com isso ter energia com sobra, com um custo menor, sob pena de nós continuarmos pagando essa conta de energia, que hoje, infelizmente, está alta e acaba sobrando para alguém. Então, portanto, nós precisamos de energia.

No Brasil, por mais que o pessoal reclame, sem energia, nem os ambientalistas conseguem tomar uma cervejinha gelada. Ontem, por exemplo... Sei que a maior torcida do Brasil é a do Flamengo, depois a segunda é a do Grêmio, que ganhou de um time não sei de onde de 3 a 0, na semana passada. Eu sou gremista. Não sei se a Senadora Ana Amélia é ou não. Mas, para poder festejar a vitória do time de qualquer um, nós precisamos ter uma geladeira. E, se quiser a geladeira para gelar, nós temos que ter energia para tomar uma cervejinha gelada.

Vamos assistir à televisão. Por mais que o cara seja ambientalista, ele precisa de energia para assistir ao jogo. Caso contrário, ele tem que se locomover do lugar onde está para lá onde acontece o jogo. E, para se locomover para lá, ele também precisa do avião. Se precisar do avião, também vai queimar petróleo...



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Mas a coisa mais simples em que todo mundo precisa de energia é a bateria de carregar o celular. Ela precisa de energia. Não há quem não tenha um celularzinho e que não precise de energia para carregar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Então, nós, seres humanos, somos tão inteligentes e já inventamos tanta coisa que, para poder fazer junto com a questão industrial, junto com a potencialidade que aproveitamos e mais a preservação ambiental, é fácil. Então, o brasileiro, o ser humano de qualquer parte do mundo sabe preservar, sabe aproveitar. Portanto, mesmo que haja algum impacto ambiental, isso não quer dizer...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Mitiga-se se com compensações...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Compensa em outro lugar, que recupere em outro lugar. Há tantas áreas degradadas. É só uma questão de bom senso, e não trabalhar contra o País para que as coisas não deem certo, para que as coisas não vão, não funcionem.

Aqui eu gostaria que a senhora colocasse, como uma solicitação da Comissão de Agricultura e do entendimento desse setor de pequenos empreendimentos e de PCH, que o Banco Basa, que o Banco do Nordeste, que é do Governo Federal, voltem a financiar. E aí nós precisamos nesta comissão, Senadora Ana Amélia, sob a sua tutela, que o Banco Basa volte a financiar pequenos empreendimentos hidráulicos, que se chamam PCH, porque, se não voltar e não fizer isso... "Ah, mas usamos o dinheiro para Santo Antônio." Está errado. "Ah, mas lá no Nordeste nós autorizamos, financiamos um parque eólico." Foram incompetentes de fazer uma linha de transmissão. O que é isso? Como é que você compra um carro zero, no meio da Amazônia, e não faz uma estrada? Então, não pode comprar um carro zero. Antigamente, para andar dentro da Amazônia, você tinha que ter só carro traçado e um caminhãozinho com aqueles pneus altos. Hoje, não, pode até andar com um carro importado, porque há asfalto.

Agora, faz um parque eólico, financia o parque eólico e, no projeto, o banco não avalia a linha de transmissão? Quem pegou a linha de transmissão? Quem foi que pegou? Meta a taca em quem pegou a linha de transmissão. Nossa legislação é severa até demais. Agora, tem que botar na prática. Se não botar na prática... Está faltando energia e existe parque eólico parado. "Ah, nós não temos culpa."

Então, que essa Comissão, sob a sua tutela, faça uma solicitação para o Banco do Brasil – não basta só para o Basa – e, especialmente, para o Ministério da Fazenda, que volte a financiar pequenos empreendimentos desses fundos. Tem que mandar também para o Palácio, porque do Palácio é que veio a determinação para não financiar, está paralisado há mais de um ano. Temos, só em Rondônia, mais de quatro projetos prontos para começar, não temos os recursos, têm que ser buscados no BNDES, e aí não há estrutura, tem que vir para cá, a história é toda diferente. E, ao mesmo tempo, para o Ministério das



Cidades. Aí alguém pergunta: "Por que tudo isso?" É porque o Basa está ligado ao Ministério da Integração Nacional. Lá dentro estão as secretarias que cuidam dessa área dos fundos. Então precisa mandar para o Ministério da Integração Nacional, que tem as secretarias que cuidam dos fundos – se não me engano, o substituto interino é o Dr. Wanderley –, e, ao mesmo tempo, para o Banco Central, para o Ministro, para que botem em pauta no conselho para liberar, e para o Palácio, para que também tome as providências para que possa liberar e continuar financiando esses pequenos empreendimentos.

Outra coisa: são pessoas da localidade, da região, da cidade, têm facilidade de ir lá fazer o cadastro e financiar. E o banco sabe qual é o bom aproveitamento e qual não é. Quando se trata de um empreendimento que não é viável financeiramente, o banco não financia. Esquece, que banco...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Também sabe quem é o bom pagador e quem não é bom pagador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – É. Banco não dá dinheiro se o empreendimento não se viabiliza. Esquece. Hoje, não é mais aquele banco picareta e safado do passado, que os caras davam dinheiro a troco de propina. O banco de hoje só dá com reais garantias de que o empreendimento vá ter resultado. Eu falo porque tenho financiamento do Basa. Sou pagador em dia, por isso fui contemplado no final de 2012. Mas há mais pessoas que querem hoje e não têm acesso. E isso tem prejudicado essa questão da energia.

Outra coisa que estou pensando aqui, Srª Presidenta, é que nós temos, em Rondônia – olhe a situação – aprovado pela CCEE, pela Aneel... A CCEE é que devolve 100% da linha de transmissão. De Presidente Médici a Alvorada, a São Miguel, Seringueiras, São Francisco e Costa Marques, divisa com a Bolívia, foi aprovado para fazer a linha de transmissão, isso em 2010. Foi aprovado para fazer de Jaru a Machadinho, e Machadinho a Cujubim. Aprovado em 2010. Buritis a Ariquemes, Ariquemes a Buritis. Aprovado em 2010, em Extrema. Resultado: a Eletrobras não fez essas linhas de transmissão lá atrás, o Governo Federal está devolvendo 100%, e hoje a Eletrobras está quebrada, não tem dinheiro. Mas como a Eletrobras está quebrada? A Eletrobras, com esse sistema novo que foi feito aí, infelizmente virou deficiente e perdeu as duas mãos e as duas pernas. Precisa de vinte e poucos bilhões e tinha nove bilhões no orçamento. Não tem dinheiro para pagar as contas. As empresas que fazem parte da Eletrobras, em Rondônia, Acre, Amazonas, Piauí, Alagoas e, se não me engano, Roraima, estão todas deficitárias, para não dizer que estão quebradas. Não têm dinheiro. A situação está precária, não têm dinheiro para investir em poste de luz, quem dirá para puxar energia. Não têm dinheiro mesmo. Não têm mesmo. Resultado: lá atrás tinha o incentivo, não fizeram, aí botaram umas pessoas para comandar essas empresas, só como *status*; agora que o ferro pegou, os caras não aguentaram e já passaram para os outros, e estão outros amigos aí tentando descascar o abacaxi.

Então, isso é ruim porque a situação energética do Brasil já está crítica, e não tendo dinheiro, ficou pior ainda. E tirar dinheiro do caixa do Mantega,



aí que não tira nada. Aí não tira nada mesmo. E o dinheiro dos fundos que havia da Eletrobras acabou. Então, hoje estamos vivendo uma situação precária nesses seis Estados. Temos o Presidente do Senado, que é de Alagoas, que urgentemente tinha que tomar providências junto, porque, caso contrário, vamos ter um apagão, de falta de eficiência e continuidade nessas obras para poder fazer tanto o Luz para Todos, concluir, tanto para atender essas cidades, para atender na expansão das próprias cidades, para poder comercializar energia... E não está tendo, está tendo falta até para poder botar indústria, e aí o Brasil não cresce, fica no patamar irrisório de 1% ao ano – se crescer, olhe lá se não vai virar ao contrário.

Então, quero parabenizar aqui a vinda de vocês e a nossa Presidente, Senadora Ana Amélia, e espero, com o pouco que conheço de energia, contribuir para melhorar aquilo que está capenga, aquilo que está com dificuldade, para diminuir isso, e tanto o pessoal do Sul como do Norte, do Centro-Oeste, de qualquer lugar que tenha um potencial, que possa ser aproveitado e entrar no sistema nacional.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Senador Ivo Cassol, pela valiosa colaboração, até porque o senhor trouxe aqui o caso de um Estado, que foi bastante citado pelo Dr. Wady Júnior, da Eletronorte, o Estado de Rondônia, que é muito bem representado aqui, como eu disse, pelo ex-Presidente desta Comissão, Senador Acir Gurgacz, e também pelo Senador Valdir Raupp. Os dois, o Senador Raupp e o Senador Cassol, foram governadores desse Estado e de novo aqui o senhor salienta a necessidade de que não podemos tratar de forma igual situações completamente diferentes.

Acho até que as grandes hidroelétricas que estão em construção na Região Norte, em Rondônia e no Pará, deveriam ter uma preocupação politicamente correta de elas também, pelo poder que têm como grandes projetos, de juntar-se no grande guarda-chuva de toda a cadeia produtiva, porque quando se juntam pequenos, médios e grandes, seja cooperativa ou PCH, numa mesma mesa... Porque o problema é o mesmo. Qual é o problema? É fornecer energia de qualidade ao consumidor, seja ele urbano, industrial, comercial, de serviços ou rural; seja na cidade grande, na cidade média ou na cidade pequena. Esse é o desafio, e não há como cada um puxar para um lado, num sistema que é muito complexo.

O Dr. Wady sublinhou muito aqui... Eu também concordo com o senhor. É a mesma coisa que queremos analisar a China ou a Ucrânia com nossa visão ocidental. Nós não podemos, como nós, sulistas, não podemos avaliar a Amazônia. E acho que há muita gente dando opinião furada sobre uma realidade que é ignorada. Há ONGs que não falam português apitando, pintando e bordando na região. Que país é este o nosso? Então, é essa convivência de eficiência, de preocupação e de planejamento nos setores que são essenciais como esse de energia elétrica.



Eu já tinha preocupação. Desta audiência pública saio muito mais preocupada, Senador Ivo Cassol. A situação... Como se diz na gíria, o furo é mais embaixo ou mais em cima. É muito séria a situação e só não está pior, porque o índice de crescimento, como sublinhado aqui pelo Marco Olivio, está inferior ao da China. Mas, se ele der um salto de crescimento... Aliás, nem podemos dar, porque não há energia para crescer. Então, as demandas apresentadas aqui...

Aqui há também um problema sério que foi levantado pelo Cristiano que me parece também ser demanda para a Aneel não só da agilização dos procedimentos, de alterar as regras. Que não fique aguardando o laudo ambiental, mas também que se agilize o procedimento e fique na boca do forno para aguardar licenciamento da liberação do protocolo. São seiscentos o mapa...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Se a senhora permite, Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Sim.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Com o conhecimento que tenho – eu estava conversando na Aneel com o Dr. Odenir –, acontece o seguinte: na regulamentação desses empreendimentos é preciso estar junto a licença ambiental estadual.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Ele explicou.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – E o que acontece? Em muitos Estados não se consegue tirar as licenças. Aqui não quero...

No Estado de Rondônia pelo menos nunca aconteceu isso, mas sei que houve Estados no passado e há agora no presente que às vezes falam muito do Governo Federal, falam da Aneel, mas se esquecem de fazer o seu papel. A Aneel – e não estou aqui defendendo a Aneel – também está certa de só aprovar o empreendimento com o projeto ambiental. Por que falo isso para senhora? Porque, senão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador, pelo que entendi aqui do José Guilherme, a Aneel só inicia o procedimento quando ela tiver na mão o laudo ambiental, só com autorização ambiental. E aí ela às vezes demora. O que eu entendi aqui é que, independente do laudo, ela vai até o final do processo, analisando tecnicamente do ponto de vista da energia, dos critérios técnicos e do marco legal e fica aguardando. Ela não vai liberar antes de receber a licença ambiental, mas já dá andamento à análise técnica, porque isso não é um processo...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Que eu saiba, hoje a Aneel acompanha, faz e só publica a outorga a partir do momento que tem a licença ambiental. Por quê? Porque é necessário e a legislação obriga a ter essa licença. Então, portanto, da mesma maneira que o empreendedor dá entrada na Aneel, também tem de dar entrada no Estado. E aí, lógico, nos Estados que têm problema... Por exemplo, no Estado de Minas Gerais há cento e poucos projetos parados por falta de licença ambiental. No Estado do Paraná, há pouco mais de 130 projetos, se não estou enganado, e a todos falta licença ambiental. Então, o



que é preciso? É preciso que a própria Aneel, no meu ponto de vista, sentar com o secretário, com o governo daquele Estado que tem o problema – estou falando aqui, pelo conhecimento que tenho –, para que a secretaria ambiental daquele Estado ou faça ou diga por que não está atendendo. Até ontem, eu mesmo pensava que a Aneel era culpada...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador, desculpe, mas penso que, neste caso, é muito mais da ação dos gestores estaduais, dos governadores, dos Parlamentares aqui, sejam os Senadores ou os Deputados Federais do Estado, que tenham familiaridade com essa questão, e a questão tem de ser encaminhada politicamente no âmbito regional, porque a Aneel tem uma...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – É fiscalizadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu até criei aqui, fiz uma crítica, e acho que... Eu, por exemplo, enxergo que não é atribuição da Aneel se intrometer numa causa que é de interesse... A associação, a Abragel, a entidade que representa a entidade, o Governo do Estado, as entidades de classe dos produtores, essa união de força e essa demanda, essa pressão é que tem de ir para o Governo do Estado para dizer que assim não dá, que é necessário se criem condições. E discutir com os ambientalistas que fazem a fiscalização da concessão da licença ambiental essa questão da urgência e da necessidade.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – A senhora está correta nisso, porque, na hora em que o pessoal precisa do voto para se eleger, como neste ano, eles procuram quem? Procuram os moradores, os produtores, os associados, cooperativas ou associações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – A classe política tem de...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – E, na hora de cobrar, é o seguinte: "E aí? A Secretaria de Meio Ambiente vai andar? Vai dar prosseguimento a esses projetos de aproveitamento?" Até poucos anos atrás, o povo pouco ligava – empreendedores e Governo também – para os pequenos potenciais hidráulicos, de um mega, de mil KVA, ou 2 mil KVA ou megawatts. Mas, hoje, não, tudo é importante, tudo é interessante, e é preciso que as secretarias ambientais deem prosseguimento. E nós podemos fazer essa ponte aqui.

No Rio Grande do Sul, V. Exª pode intervir, mas, se o governo de lá não quiser atender um pedido da Senadora Ana Amélia, por ser, por exemplo, de repente, um governo de oposição, mas o trabalho...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É uma questão de Estado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Deixe-me completar. O trabalho da senhora, mesmo assim... Por exemplo, no meu Estado de Rondônia, a necessidade é orientar o governo, porque, muitas vezes, o pessoal ao redor não o deixa enxergar. E a oposição ajuda muito a fazer esse papel, para que ele possa vir a atender essa demanda.



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador, eu tenho um comportamento muito republicano nessas questões: quando a causa é coletiva, a questão, digamos, oposição ou situação fica em segundo plano. Penso que a minha responsabilidade me leva a assumir também junto ao Estado essas condições, como estamos fazendo agora em relação à dívida, à renegociação do indexador da dívida, alteração do indexador da dívida dos Estados e Municípios, não só do Rio Grande do Sul que tem uma situação mais complicada. Em Alagoas, do nosso Benedito de Lira e do Presidente Renan Calheiros, do ex-Presidente Fernando Collor, são situações muito críticas; as prefeituras de São Paulo. Estou trabalhando intensamente nisso. É uma questão de interesse republicano, eu diria, do Estado, e tenho esse compromisso.

Pois não, José Guilherme.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Só fazer um comentário sobre o que disse o Senador Ivo, que conhece esse assunto melhor do que eu. Está há mais de 20 anos mexendo com PCH.

A nossa colocação com relação à Aneel foi a seguinte: tudo o que o Senador falou é correto, mas acontece que os projetos são colocados lá – em Rondônia é diferente –, e, em alguns Estados, levamos de um a dois anos para tirar a licença prévia, e aí esses projetos ficam parados um ou dois anos.

Estávamos tentando ver se a Aneel poderia analisar isso, até porque há projetos bons e há projetos que não são bons. Então, ela eventualmente reprovava: "Esse seu projeto não tem... Você tem de refazer." "Não, esse aqui tem toda condição de ser aprovado". E, até com isso, a gente tem um instrumento para ir a um órgão ambiental e falar que o projeto que está na Aneel...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Já está com o aval...

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Já está com o aval da Aneel e precisa apenas da emissão da licença. Então, isso ajudaria muito, até porque, assim como outros lugares, a equipe da agência muda muito. Então, a equipe da época em que entreguei o projeto é uma...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Já é outra.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Dois anos depois, é outra. Às vezes, o critério de análise muda, e esse é um problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – A área técnica.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Agora, só para completar e concluir: ele está com a razão e, quando votamos e escolhemos os novos diretores que hoje fazem parte da Aneel, tanto o Juhrosa, como o Reive, nós discutimos aqui naquele momento e trocamos ideia também com o próprio diretor responsável pela pasta, como também com o André Pepitone nessa necessidade, porque não são apenas os grandes projetos que são interessantes para o Brasil, mas também os pequenos com maior dinamismo.



Eu conversava com o Dr. Odenir e ele dizia: "Olha, nós temos aqui projetos e projetos. E nós precisamos verificar quem, na verdade, vai pegar um projeto para barganhar", porque tem isso também: o cara faz um projeto para barganhar, para ganhar dinheiro em cima disso, e tem outro que faz o projeto para executar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Operar. Executar e operar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Executar, operar, construir. Então, a esse projeto que for para construir tem que ser dada maior prioridade para poder deslanchar e não ficar esperando dois anos, porque dois anos é muito tempo para poder fazer.

Então, tem tudo isso, mas é uma das reivindicações que nós podemos fazer por meio da Senadora Ana Amélia. Ela pode fazer essa ponte, como nossa Presidente aqui, nossa Vice-Líder do PP, para fazermos uma audiência com...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Com os diretores da Aneel.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – ... os diretores da Aneel e com o Romeu, que responde pela pasta, que é o Presidente, foi votado por nós aqui também, para que a gente possa dinamizar essa situação e deixar menos burocracia e mais resultado, porque nenhum empreendedor vai fazer um projeto furado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador, eu espero até que a Aneel responda positivamente para compensar a ausência do representante nesta audiência pública, porque esta é uma Casa política e o nosso papel aqui é determinado pela Constituição brasileira. Defendemos os interesses dos nossos Estados – a Câmara é a defensora da população – e nós estamos aqui com essa missão. Então, queremos que seja assim.

Agradeço ao Senador Ivo Cassol pela colaboração, porque aqui nós ouvimos as entidades que são representativas dos diversos segmentos, desde a área pública, com a Eletronorte, do Sistema Eletrobras, à Abragel, à CNA, na casa dos produtores, e a Infracoop.

Queria, então, renovar muito os agradecimentos ao Marco Olívio de Oliveira, Assessor da Organização das Cooperativas (OCB); representando aqui a Infracoop e o seu Presidente, Jânio Stefanello; o Consultor Técnico da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg); representando também a Confederação Nacional de Pecuária e Agricultura, Cristiano Palavro; o Conselheiro da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), Dr. José Guilherme Antiloga Nascimento e ao Dr. Wady Charone Júnior, Diretor de Operações das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte).

A todos os nossos telespectadores, aos Senadores que aqui compareceram, ao Marcello Varella que deu assessoria técnica na Comissão, nós agradecemos muito, porque foram duas horas e dez minutos de uma profunda



reflexão sobre os problemas provocados pela falta de energia elétrica, Marcello Varella, sobre os problemas da falta de energia elétrica que nós temos em nosso País.

Eu penso que o que nós fizemos aqui foi uma contribuição para resolver ou tentar mitigar esses graves problemas que tenderão a se agravar se nada for feito.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Só para fortalecer, eu estava conversando com a Assessora da Aneel, Dr^a Rita, aqui presente, inclusive ela pede desculpa pela não presença do diretor, porque só chegou ao conhecimento da Aneel na segunda-feira, e como tinha outro compromisso, pede desculpas, mas...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu já fiz o registro, Senador Ivo Cassol, sobre a Aneel, dizendo que a Aneel e a Anatel – nós fizemos uma análise aqui das agências reguladoras – são as duas que funcionam em padrões internacionais. Então, eu sempre tenho feito esse registro aqui. Eu não tenho nenhuma dúvida sobre a eficiência. Eu só lamentei a ausência de dois representantes que poderiam ter vindo. Mas eu digo que temos a certeza de que a Aneel dará cobertura às demandas que esta Comissão levará a esse setor porque é de interesse da própria Aneel. É a imagem da agência que está em jogo. A Aneel faz a interface entre os concessionários da energia e os consumidores. E para isso ela precisa ter uma visão de Estado, uma visão republicana também. Não tenho dúvida sobre isso, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Mas uma sugestão só, que a própria Dr^a Rita me deu, eu queria sugerir para o representante aqui desse empreendimento que, por intermédio da senhora, a gente já marcasse uma audiência com o Dr. Odenir, que cuida dessa área de concessões, de análise de inventário, para que a gente possa diminuir essa distância. Eu me coloco à disposição para poder fazer parte dessa audiência e a gente poder trabalhar, já que vocês representam esse setor, e nós, sob a sua tutela, Senadora, estaremos juntos para discutir esse assunto, ou fazemos um convite para que ele venha aqui ao Senado – não precisa ser em audiência pública – sentar para conversar sobre isso. Sugestão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador Ivo Cassol, sua sugestão será acolhida.

Aqui, na presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, temos uma preocupação muito grande com a efetividade. O que é? Não deixar que a audiência se perca em mais uma audiência. Não, ela vai ter efetividade, e a minha conclusão aqui é de que é urgente um contato da Comissão com os representantes que aqui estiveram, nas suas respectivas áreas, de irmos à Aneel e também ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que também tem muita sensibilidade com os problemas.

Como V. Ex^a falou na sua exposição, é preciso que haja, digamos, uma decisão de governo para dar prioridade a esse setor. Por isso, às vezes, a sociedade não entende que o Governo financie, através do BNDES, um



empreendimento grande em Cuba, como o Porto de Mariel – é importante termos isso – mas não tenha a mesma disposição e a mesma urgência para financiar, por exemplo, um setor que afeta a vida de todas as pessoas. Não é só para abastecer, não é só para fornecer no aviário, no criatório de suínos, na refrigeração do leite, nas frutas, em tudo o mais. Não é só para armazenagem; é para preservar os medicamentos que as pessoas precisam tomar; as vacinas que precisam ser guardadas sob refrigeração; as vacinas para o gado, que precisam ser de sanidade pecuária. É preciso pensar também na saúde das pessoas, que a falta de energia afeta. E hoje qualquer cidadão brasileiro tem um celular na mão e, para ter um celular na mão funcionando, é preciso de energia elétrica. Então, não só distribuição das redes das companhias telefônicas, mas é preciso...

Por isso, eu gosto de dar a simplificação da importância desse insumo chamado energia elétrica.

Então, agradeço mais uma vez a todos os senhores pela valiosa colaboração que emprestaram ao Senado Federal e à Comissão, em nome do nosso Presidente Benedito de Lira e aos demais Senadores que integram esta Comissão, especialmente ao Senador Ivo Cassol, que, como agente protagonista do sistema, veio dar o lado real, da situação real. Aqui, se falou na tese, nas dificuldades gerais, mas aqui ele veio com sua linguagem muito popular e que todo mundo entende, Senador, a linguagem direta. O senhor vai ao ponto da questão; não faz rodeio. Então, é isso o que nós também queremos aqui.

Muito obrigada, mais uma vez a todos, e vamos estar juntos.

Vamos marcar, agora, com a assessoria da Aneel, para estarmos juntos lá para ver o que pode avançar nesse aspecto, sobretudo em dois pontos: a questão dos projetos das PCHs e das cooperativas; reduzir um pouco esse trato desigual às cooperativas de eletrificação rural; e a questão da relação do usuário com o fornecedor de energia, que é a falta de informação e de acesso, levantada aqui pelo Cristiano. Realmente, são temas com grande grau de racionalidade e racionalização também. Sem mudanças nisso, vamos continuar patinando.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 08 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.)